



Programa de Certificação de Atuária

Instituto Brasileiro de Atuária

Curso de Profissionalismo

Dezembro 2005

Sumário

CAPÍTULO 1: O ATUÁRIO E O PROFISSIONALISMO	5
1.1 Introdução	5
1.2 O que é uma profissão?	5
1.2.1 As características de uma profissão	5
1.2.2 A teoria do porque das profissões existirem	6
<i>Porque são concedidos poderes de monopólio às profissões</i>	6
1.2.3 Como a profissão deve se comportar	7
<i>Estabelecendo padrões</i>	7
<i>Reforçando padrões</i>	7
<i>A necessidade para o progresso da pesquisa e das relações públicas</i>	8
<i>Os poderes do monopólio não devem ser explorados</i>	8
<i>A responsabilidade pela educação</i>	8
1.2.4 Interesse Público	9
<i>Interesse público = fornecer um serviço valioso?</i>	9
<i>Interesse público = colocando os interesses dos clientes em primeiro lugar?</i>	9
<i>Interesse público = referente a toda a comunidade?</i>	9
<i>O papel da entidade de classe profissional em servir ao interesse público</i>	10
<i>Conflitos de interesse</i>	10
<i>Competindo com os Interesses dos Acionistas</i>	10
1.2.5 O conselho profissional é individual	11
1.2.6 A alternativa às profissões, e a responsabilidade das profissões	11
1.3 O conceito de uma profissão em sociedades diferentes	12
1.3.1 Evolução do conceito de uma profissão na Inglaterra	12
1.3.2 Contrastando histórias do conceito de uma profissão na Inglaterra, na França e nos EUA	13
1.3.3 A natureza da profissão atuarial na Grã Bretanha, América do Norte e na Europa continental	13
1.3.4 A profissão atuarial emergente em outros países	14
1.4 O papel do órgão profissional	15
1.4.1 Comentários gerais	15
1.4.2 A profissão atuarial: o nível internacional	15
1.4.3 O nível nacional	16
1.4.4 Padrões profissionais	16
<i>Código de conduta e outros padrões profissionais</i>	16
<i>Tipos de padrão profissional</i>	17
1.5 O papel regulador do atuário	17
1.5.1 Comentários gerais	17
1.5.2 Supervisão cuidadosa	17
<i>Papéis reguladores não legislados</i>	18
<i>Transmissão de conselho às terceiras partes</i>	18
1.5.3 Outras áreas onde os atuários são envolvidos nas divulgações da informação	18
1.5.4 Tratamento justo	19
1.6 Outras introduções de profissionalismo para atuários	19
1.6.1 Monitorando padrões dentro da profissão atuarial	19
1.6.2 Ética e comportamento do profissional	20
1.6.3 Papel da Comissão de Ética do IBA	20

CAPÍTULO 2: O CONTEXTO DO TRABALHO ATUARIAL	22
2.1 Por que considerar o contexto?	22
2.1.1 Introdução	22
2.1.2 O contexto não é estático	22
2.2 Os componentes do contexto	23
2.3 Contextos profissionais e reguladores	24
2.4 Políticas governamentais	24
2.5 Impostos	24
2.6 Decisões políticas e judiciais	25
2.7 Assistência social e seguro social	25
2.8 Clima e riscos naturais	26
2.9 Tendências e condições econômicas	26
2.10 Tendências e estruturas demográficas	27
2.11 Padrões de emprego e trabalho	27
2.12 Tendências e fatores sociais	28
2.13 Questões industriais ou Sindicais	28
2.14 Práticas e padrões de contabilidade	29
2.15 Desenvolvimentos tecnológicos	29
2.16 Convergências de instituições financeiras	30
2.17 Distribuição de produtos e intermediários	30
2.17.1 Agentes únicos	30
2.17.2 Multiagentes	30
2.17.3 Corretores e consultores financeiros	31
2.17.4 Distribuição direta	31
2.18 Concorrência	31
2.19 Associações Sindicais	32
2.20 Globalização do ambiente	34
CAPÍTULO 3: RESPOSTA À EXPERIÊNCIA – APLICAÇÃO PRÁTICA	35
3.1 Introdução	35
3.2 Papel do atuário	35
3.3 Considerações gerais	35
3.4 Controlando o negócio	36
3.4.1 Planos de negócio	36
3.4.2 Sistemas de controle financeiros	36
3.4.3 Sistemas de auditoria	37
<i>Auditoria externa</i>	37
<i>Auditoria interna</i>	37
CAPÍTULO 4: CONCLUSÕES	38

Capítulo 1: O ATUÁRIO E O PROFISSIONALISMO

1.1 INTRODUÇÃO

Quando você decidiu se tornar um atuário, você não estava apenas escolhendo uma carreira. Você estava escolhendo uma profissão que iria seguir. Em muitos casos, o profissional da área atuarial encontra oportunidades no mercado de trabalho, não unicamente por causa de suas próprias qualidades, mas também devido ao fato de ser um membro da profissão atuarial. Uma boa reputação poderá ser alcançada mesmo antes que você comece a mostrar suas qualidades, pois a mesma foi destacada por outros atuários no passado que possibilitaram aos próximos usufruir deste destaque. As pessoas confiarão em sua opinião e tomarão decisões com base nelas. Você será respeitado como profissional. Você detém um trabalho importante, e será dada bastante liberdade para usar de seu próprio julgamento sobre como realizar esse trabalho. Estes são os benefícios aliados a profissão, obtidos dos longos períodos de trabalho dos atuários realizados com integridade e padrões elevados. Entretanto, você necessita agir de maneira que justifique essa confiança, contribuindo para reputação que você compartilha com outros atuários. Isso significa realizar seu trabalho com uma atitude profissional.

O que significa dizer que algumas atividades são profissões? É necessário distinguir o conceito entre profissão e ocupação, além de entender como o profissionalismo se relaciona à profissão atuarial, antes mesmo de começar a trabalhar como um atuário.

1.2 O QUE É UMA PROFISSÃO?

1.2.1 As características de uma profissão

Definir uma profissão não é uma tarefa simples. Descrever a si próprio como um membro de uma profissão é reivindicar determinadas qualidades.

Freqüentemente, começamos a definir o que é profissão fazendo uma lista das características essenciais. Todas as características das profissões possuem três categorias principais: conhecimento, valores e aspectos organizacionais. Os elementos relacionados ao conhecimento, incluem características como o conhecimento especializado e a linguagem própria de treinamento. Os elementos relacionados aos valores, englobam o comportamento ético e o compromisso em fornecer serviços para o bem público. Os elementos organizacionais, tais como a existência de órgãos reguladores e fiscalizadores com poder disciplinar, suportam os aspectos relacionados ao conhecimento e aos valores da profissão.

Como exemplo, considere a definição entregue pelo órgão profissional à Faculdade e Instituto Britânico de Atuários, em 1997 (Ferguson 1997, p.4):

Das diversas definições de um órgão profissional, destacam-se as seguintes:

- Seu objeto preliminar é servir ao interesse público;
- Suporta seus membros individualmente e realça seu status coletivamente;
- É uma sociedade instruída que incentiva a pesquisa e facilita a troca das idéias entre seus membros;
- Seus membros têm uma habilidade de especialista;
- Concede uma qualificação, freqüentemente com letras designatárias, aos membros que alcançam o padrão requisitado;
- Fornece os meios, e pode requerer, aos membros que adotem a educação continuada;
- Estabelece códigos da conduta e padrões a serem seguidos pelos membros;
- Tem um procedimento disciplinar para assegurar que os membros sigam os códigos de conduta e padrões.

A versão da definição de profissão acima é completa, pois abrange os três aspectos destacados anteriormente: conhecimento, valores e elementos organizacionais. Há outras definições mais ou menos detalhadas de uso comum. Esta é uma das razões porque é difícil extrapolar uma discussão a respeito do profissionalismo. Alguns utilizam a profissão para descrever toda a ocupação que é relacionada ao conhecimento, por exemplo, considerariam os programadores de computador como uma profissão. O ensino tem aspectos organizacionais e valores relacionados ao conhecimento, e alguns incluiriam professores em sua lista das profissões, mas excluiriam programadores de computador.

1.2.2 A teoria do porque das profissões existem

Os grupos ocupacionais podem e freqüentemente inserem vários dos aspectos essenciais listados – ajustados à uma organização, introduzem um treinamento, programas e análises, escrevem um código de conduta, e assim por diante - mas ainda não ganham o status de uma profissão do ponto de vista público. Há muitas teorias sobre como e porque algumas ocupações sucedem em conseguir o status de uma profissão quando outras não. Para nossa finalidade, o que é importante é porque as profissões existem, como atuam seus membros e com qual propósito.

O resultado de ser reconhecido com uma profissão é que os membros desta ocupação estão inclusos em um monopólio sobre uma área de trabalho e também têm controle sobre seu trabalho. O monopólio neste contexto significa que os membros da profissão são vistos como únicos com capacidade de executar determinadas tarefas, e na maioria dos casos isto é reforçado pela legislação. O controle significa que somente é aceito que os membros da profissão decidam como aquelas tarefas devam ser feitas, e uma profissão é regulada por si mesma.

Considere a seguinte definição de um texto da teoria econômica das profissões (Foley, Shaked e Sutton 1982, p.2)

Uma profissão é grupo de indivíduos que são concedidos poder do monopólio na execução de determinados serviços, com o objetivo de assegurar a mais alta qualidade que se fornecido de outra maneira.

Então de acordo com essa definição a finalidade de uma profissão é:

- Fornecer uma solução para o problema;
- Assegurar serviços da mais alta qualidade.

Porque são concedidos poderes de monopólio às profissões

Como um monopólio assegura a mais alta qualidade? Considere a seguinte situação.

Suponha que alguns indivíduos são reconhecidos em sua região como peritos em fornecer um serviço particular complexo. Investem seu tempo, e possivelmente seu dinheiro para se tornarem um perito e assim, construir sua reputação. Começam trabalhando em grupo - vamos chamá-los a “Equipe A”. Trabalhando em time e construindo seu “nome”, configuram seu local individual e suas reputações dentro desta equipe. Tão logo, cada cliente potencial no país sabe que um membro proveniente da “Equipe A” pode fornecer um serviço particular com qualidade.

Mas suponha então que um outro grupo - vamos os chamá-los de “Equipe B”, comece a oferecer mais barato o que parece ser o mesmo serviço, que aquele oferecido pela “Equipe A”.

Cenário 1: Os clientes acreditam que existam indivíduos na “Equipe B” que forneçam o serviço tão eficazmente como a “Equipe A”. Por sua vez, a “Equipe A” é forçada a reduzir os honorários cobrados. Uma vez que é impossível julgar a qualidade dos serviços, a competição será baseada apenas no preço. Os preços tenderão para baixo, atingindo seu patamar mínimo. As equipes reduzirão custos até onde puderem: mesmo se um indivíduo quisesse dedicar seu tempo a fazer um bom trabalho, seria impossível fazê-lo nessas condições e ainda assim, sobreviver no mercado. Não haveria nenhum incentivo econômico para investir tempo ou dinheiro para se tornar um perito, visto que estes não seriam melhor pagos para executar o serviço comparativamente àqueles que executam com qualidade inferior.

Cenário 2: A “Equipe A” antevê a situação prevista no *Cenário 1* e busca medidas preventivas para inibi-la. Se houver indivíduos na “Equipe B” que sejam realmente tão bons quanto a “Equipe A”, estes poderão ser convidados a juntar-se a “Equipe A” podendo assim, cobrar os mesmos honorários praticados por esta equipe. Por sua vez, a “Equipe A” ficará satisfeita em aumentar seu time com peritos qualificados. A “Equipe A” avaliará estes novos integrantes de forma a certificar-se que realmente possuem os padrões desejáveis de um profissional da “Equipe A”. Então a “Equipe A” poderá confiar que cada um dos seus membros possui *expertise* para oferecer o serviço. A “Equipe A” poderia realizar algumas ações de marketing, trabalhando para persuadir os clientes que esta equipe é realmente a única escolha. Poderá ser capaz de demonstrar resultados: por exemplo, embora possa ser difícil julgar se um médico escolheu o melhor tratamento para seu paciente, dado que alguns pacientes começam a melhorar apesar do tratamento errado, e outros começam a piorar apesar do tratamento correto, os resultados obtidos em pacientes tratados por diferentes grupos de médicos podem ainda assim ser comparados. Ou seja, a “Equipe A” pode ser capaz de persuadir os clientes que, sozinha, tem a correta metodologia que evidencia seu trabalho. Por exemplo, por muitos anos a medicina ortodoxa, em culturas ocidentais, desmerecia alternativas de cura tais como homeopatia e acupuntura que desapreciava suas bases teóricas.

Na prática, é difícil persuadir todos os clientes, mesmo se a “Equipe A” realmente fornece o único serviço eficaz. Ao invés desta abordagem, a “Equipe A” provavelmente tentará persuadir o governo que existe a necessidade de proteger os clientes na escolha de prestadores de serviços, e através da legislação, seriam impedidos de escolher qualquer um que não fosse um membro da “Equipe A” para fornecer o serviço. O governo não irá criar um monopólio a menos que realmente seja necessário. Deverá estar convencido que a “Equipe A” oferece um serviço eficaz e também acreditar na sua importância. Se o serviço não for importante, não importa se os clientes escolherem fornecedores não eficazes.

O governo estará mais propenso a conceder um monopólio à “Equipe A” se esta puder ajudar o governo atingir seus próprios objetivos. Geralmente, as profissões desenvolvem um importante papel na regulação da sociedade (agora deve estar claro que ao falar sobre a “Equipe A” estamos falando sobre uma profissão).

Foi descrito um cenário que trouxesse a existência de um grupo ocupacional que é reconhecido como uma profissão - a “Equipe A”. Vamos agora considerar como a “Equipe A” deve se comportar como um resultado de seu status profissional.

1.2.3 Como a profissão deve se comportar

Uma vez dada a uma profissão uma posição monopolista, seus membros devem assegurar a qualidade do serviço, estabelecendo padrões que seus membros devem seguir. Pode-se estabelecer o conhecimento prático e teórico como marca registrada, toda vez que fornecerem seus serviços. Isto é mais do que uma credencial, ou que um diploma universitário ou que outra qualificação educacional. Se você tiver uma formação universitária, poderá colocar este rótulo após seu nome para o resto de sua vida, mesmo que você despreze tudo o que aprendeu em seu curso de graduação, ou se aquilo que você aprendeu foi contestado por descobertas subsequentes. Por outro lado, um profissional pode ser suspenso ou expulso de sua classe, funcionando como um sinal de evolução que este deverá estar sempre em busca da atualização constante.

Estabelecendo padrões

Uma profissão requer também a aplicação da teoria e do conhecimento apropriadamente pelos seus membros. Isto inclui a metodologia para fazer tipos de trabalho específicos ou para buscar soluções aproximadas para determinados problemas, e também questões gerais tais como proibir membros de injustamente levar vantagem sobre seus clientes. Os padrões requeridos de comportamento podem ser implicitamente compreendidos, com seus membros absorvendo idéias do que é uma prática aceitável durante discussões formais ou informais. Ou ainda, a profissão pode apontar um comitê interno para produzir padrões escritos. Em muitos casos tais padrões escritos não serão detalhados ou indicados com precisão. Lembre-se, a essência de uma profissão é que o serviço não possa ser reduzido a uma série de regras escritas, e conseqüentemente deve ser permitido ao perito usar do julgamento para encontrar a melhor solução para cada caso.

Reforçando padrões

Como pode uma profissão saber se seus membros estão de acordo com seus padrões, e se os padrões de julgamento são confiáveis? A resposta é, membros são julgados por outros membros. Se a competência de um membro for questionada, o comitê disciplinar irá considerar as circunstâncias e se os julgamentos feitos são razoáveis. Se um membro for processado por negligência profissional, outros membros dessa profissão serão chamados então para testemunhar se suas ações eram aceitáveis ou não por seus padrões.

Uma profissão tem o poder de se manter por muito tempo numa posição favorecida, mesmo se uma proporção pequena de seus membros acredita não ter se encontrado com seus padrões, como age firmemente para disciplinar o transgressor. Mas se uma proporção significativa dos membros não encontrar seus padrões, a profissão inteira perderá a confiança dos clientes e/ou do governo. Ser um membro dessa profissão perderá seu valor. Os membros terão que começar mais uma vez a estabelecer suas reputações individuais. Se a sua principal credencial de *expertise* foi conquistada através de uma profissão outrora sem crédito, isso será muito difícil e custoso. Os clientes e o governo terão uma fonte não confiável que lhe foi fornecida para realizar trabalhos importantes, sendo assim, todos perdem. Portanto é essencial que cada membro da profissão trabalhe sempre com padrões profissionais, e mantenha um olhar atento aos outros membros para se certificar de que também estão agindo corretamente.

A necessidade para o progresso da pesquisa e das relações públicas

Uma profissão perderá também seu status, mesmo que os membros executem o serviço a seus padrões, se os clientes e/ou o governo vierem a acreditar que aqueles padrões não são adequados. Isto poderia acontecer se a profissão não atualizasse sua teoria, o conhecimento e os métodos práticos, devido aos avanços científicos, tecnológicos e outros que mudam na sociedade. Assim, a profissão como um todo tem que continuar trabalhando para encontrar maneiras de melhorar o padrão do serviço fornecido por seus membros. Isto pode envolver os profissionais individuais que realizam a pesquisa, e/ou fornecendo o suporte financeiro aos que se especializam na pesquisa. Uma outra possibilidade de causar a perda da confiança em uma profissão poderia ser não-membros persuadirem os clientes e/ou o governo de que são capazes de prestarem o serviço tão eficaz quanto aquela profissão. Toda profissão deve, então, dedicar algum esforço ao trabalho de relações públicas.

Dessa forma, é importante que todos os membros dêem suporte ao esforço coletivo da profissão para continuamente melhorar a qualidade dos seus padrões e também, embora não seja tão essencial como manter a qualidade, forçar para manter o reconhecimento público da reputação da profissão.

Os poderes do monopólio não devem ser explorados

O grande perigo que uma profissão deve evitar é a exploração demasiada de seu monopólio. Há inúmeras formas desta exploração - vamos considerar duas possíveis. A profissão poderia estabelecer seus padrões demasiadamente elevados - imagine se os médicos insistirem em passar cada paciente através de uma bateria de testes caros antes de utilizar tratamentos mais simples ou se a profissão restringisse a fonte de seus serviços dificultando a formação de novos profissionais. Se uma profissão for suspeita destas ou de outras atitudes monopolísticas, então o governo seria forçado a se intrometer e fazer suas próprias regras, por exemplo, quais padrões se aplicam e o que é requerido para novos profissionais. Tais regras podem ser mais satisfatórias, permitindo que os peritos da própria profissão, decidam se é ou não apropriado.

A responsabilidade pela educação

Faz sentido que uma profissão tenha um monopólio, não somente pela prestação de determinado serviço, mas também pela sua área de conhecimento e embasamento teórico. Não se deve restringir o acesso a estes conhecimentos e embasamentos teóricos. Isso seria inaceitável na sociedade moderna - ao contrário das épocas medievais, quando as corporações mantiveram ocultos "mistérios" de seus ofícios, ou em séculos anteriores, quando os grupos femininos não foram permitidos ingressar em escolas médicas. Assim os profissionais têm que tornar seus conhecimentos e teorias acessíveis, por exemplo, na educação. Como na pesquisa, isto pode ser realizado por muitos profissionais (talvez em lugares de trabalho monitorados) ou pelos que se especializam nestas responsabilidades (talvez em uma universidade).

Agora podemos verificar porque as características das profissões incluem elementos relacionados ao conhecimento, valores e aspectos organizacionais para suportar os anteriores. Os elementos relacionados ao conhecimento surgem porque uma profissão apenas terá o monopólio e a permissão para ser auto regulada se fornecer serviços complexos os quais requerem julgamento de peritos baseado no conhecimento e na teoria.

Os elementos relacionados aos valores surgem porque uma profissão e todos os seus membros, individualmente, são confiados para manter os padrões em um nível satisfatório e não para explorar o monopólio.

1.2.4 Interesse Público

Geralmente, as profissões colocam uma prioridade elevada no objetivo de servir ao interesse público. Por exemplo, é o primeiro ponto listado por Ferguson (1997) no capítulo 1.2.1 e é também proeminente nos comentários de Daykin (2000) citado em 1.3.4. Mas o que significa? Veremos a seguir que há várias interpretações possíveis, sendo esta uma área de alguns debates. Desta forma, deverá ser levado em conta o que dispõe o Código de Ética Profissional do Atuário, aprovado pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), em fevereiro de 1989.

Interesse público = fornecer um serviço valioso?

A interpretação mais limitada que se tem no interesse público é que o serviço que a profissão fornece deve estar disponível. Nós estabelecemos em 1.2.2 que uma ocupação conseguirá somente o status de uma profissão se o serviço que fornece for importante para a sociedade, quer dizer, para o público. Todas as ações descritas em 1.2.3 são feitas para assegurar que o serviço esteja disponível no padrão apropriado a um preço justo. Assim, estas ações beneficiam ao público e também à profissão (mesmo as atividades de relações públicas beneficiam o público, fazendo com que não sejam mal direcionadas em tentar obter serviços de fornecedores ineficazes – se aceitarmos que somente a profissão pode fornecer o serviço eficazmente). É apropriado que as profissões devam indicar que elas existem para servir ao interesse público, para lembrar suas responsabilidades como colocado em 1.2.3. Poucos profissionais, caso existam, discordariam desta interpretação limitada do objetivo do interesse público.

Interesse público = colocando os interesses dos clientes em primeiro lugar?

O próximo nível da interpretação é que o público consiste em clientes e em clientes em potencial, e que os membros das profissões devem colocar em primeiro lugar o interesse deles. Esta visão dá origem a algumas questões que vamos considerar posteriormente sob os títulos “Conflitos de Interesses”, “Competindo com os Interesses dos Acionistas” e “O Papel Regulador das Profissões”.

Interesse público = referente a toda a comunidade?

Considere o seguinte argumento: somente a profissão compreende verdadeiramente seu serviço, e tem eficazmente um monopólio sobre o conhecimento e embasamento teórico relacionado à seu serviço. Conseqüentemente, a profissão tem uma responsabilidade para assegurar que o serviço não esteja mal empregado, e que a sociedade tome as decisões que tomariam caso possuíssem o acesso direto ao conhecimento e ao embasamento teórico.

Este argumento pode ser feito levando em consideração uma interpretação extrema: servir ao interesse público significa que cada ação feita por membros das profissões deve estar de acordo com os interesses da sociedade como um todo. Enquanto esta visão puder apelar aos nossos instintos mais nobres, há problemas com isso. A sociedade é composta de muitos grupos e indivíduos, freqüentemente com os interesses contraditórios. Uma profissão tem habilidades em uma área de *expertise* particular: é improvável ter as habilidades que o qualificam para fazer julgamentos sobre o que é o melhor para o todo da sociedade.

Para adaptar um argumento de Carne (2002): a interpretação mais estrita do objetivo do interesse público nos conduziria à conclusão que nenhum atuário deve ajudar uma companhia a vender os produtos financeiros que não oferecem o melhor valor para o dinheiro disponível no mercado.

Mas, e se a companhia usar os preços mais elevados para subsidiar outros produtos vendidos aos setores menos afortunados da comunidade, ou se repassar os lucros aos acionistas que realizam caridades? Talvez há um benefício para a comunidade após isto.

Geralmente, é completamente possível que uma economia extremamente ativa dependa da competição ativa. A competição requer que os produtos rivais lutem pela participação no mercado, mesmo que um produto possa ser inferior. Se um acreditar na Mão Invisível descrita por Adam Smith (embora os indivíduos persigam sua

própria vantagem, o maior benefício para a sociedade como um todo é atingido com os indivíduos se sentirem livres para fazê-lo desta forma) terá que aceitar que é totalmente contraproducente perguntar a um grupo na sociedade, profissionais, para abandonar os interesses de seus clientes (ou deles mesmos) em favor da comunidade como um todo.

Carne conclui que, enquanto os profissionais não devam assistir, ou incentivar, seus clientes para fazer algo que é uma brecha na lei, em um regulamento ou em um código de conduta profissional, não devem ser negado nem incentivado aos clientes a opção de perseguir um curso de ação a qual pode parecer estar de encontro aos interesses da comunidade. As mais amplas e, freqüentemente, imprevisíveis conseqüências podem beneficiar a comunidade.

O papel da entidade de classe profissional em servir ao interesse público

No debate sobre como as profissões devem melhor servir ao interesse público, uma distinção é extraída, às vezes, entre os membros da profissão e da entidade de classe profissional.

Se houver assuntos importantes que afetem o interesse público que somente a profissão possa compreender, então a profissão tem a responsabilidade de esclarecer as questões, para permitir ao público tomar uma decisão instruída. É apropriado para a entidade de classe profissional fazer um pronunciamento, ao invés de colocar a responsabilidade nos membros individuais envolvidos. A entidade de classe profissional pode considerar inadequado criticar práticas ou projetos nos quais seus membros estejam envolvidos, mas se o interesse público estiver realmente correndo risco, então a organização perceberá que a longo prazo os danos à profissão como um todo podem surgir pelo fato de não ter se pronunciado.

Conflitos de interesse

A confiança é uma parte importante do profissionalismo. Segue da inabilidade do cliente em avaliar inteiramente e exatamente a qualidade do serviço. O cliente confia em você, simplesmente porque você é um profissional, e não deve abusar dessa confiança para aumentar seu próprio interesse. Por exemplo, os médicos certamente não devem prescrever remédios com base em laboratórios nos quais tenham participação acionária. Isto é às vezes estendido a uma visão que os profissionais devem evitar toda a possibilidade de conflito entre seus interesses e os interesses do seu cliente, de modo que para o exemplo os médicos não devem possuir nenhuma participação acionária no laboratório que fabrica os remédios.

Os códigos atuariais de conduta não têm necessariamente uma proibição em conflitos de interesse. Podem requerer que, se houver ou parecer haver conflito de interesse, o membro deve se considerar impróprio a fornecer o serviço. Se o serviço for fornecido, o conflito deve ser divulgado. As razões para não ter uma proibição são as seguintes: primeiramente, às vezes há circunstâncias onde a independência completa não é alcançada. É melhor divulgar a falta da independência que fingir que a mesma não existe; segundo, a pessoa mais indicada para dar o conselho pode não ser a mais independente. A divulgação da falta da independência deve ser feita claramente a todas as partes relevantes. Não seria aceitável um conflito de interesse ser divulgado apenas ao cliente que empregou o atuário, deixando de lado as outras partes que confiam no trabalho do atuário.

Competindo com os Interesses dos Acionistas

Uma posição um tanto quanto intermediária surge quando há mais de um acionista com um interesse em uma tarefa que um atuário esteve engajado para dar conselho. Estes interesses podem ser distintos. Por exemplo, um lado pode se beneficiar se o atuário se inclinar para o lado otimista em fazer quaisquer suposições, e um outro lado pode ser beneficiado se o atuário se inclinar para o lado pessimista. Às vezes, discute-se que um atuário pode lidar com tais situações dando uma opinião objetiva que não se incline para nenhum dos lados. Isto pode ser melhor para todos os interessados do que submeter todos os acionistas a despesa de obter seus próprios conselhos atuariais. Entretanto, o atuário deve refletir nos vários interesses envolvidos.

O Papel Regulador das Profissões

Geralmente, profissionais possuem um papel regulador, por exemplo, suponha que no dia em que você iria ter uma prova na Universidade, você não estava se sentindo bem. A universidade fará alguma concessão tal como permitir que você faça a prova posteriormente, mas apenas se você puder confirmar o seu mal estar com um atestado médico. Neste caso, a profissão médica está agindo como parte do sistema regulador da sociedade, definindo o que é doença e o que é saúde.

EXERCÍCIO

Suponha que um atuário trabalhe em uma empresa tendo a função de ajudar na elaboração de contratos de longo prazo. A empresa está estudando a concorrência, de tal forma a fazer com que os contratos pareçam mais atrativos que aqueles oferecidos pela concorrência sem custar mais para a empresa. Suponha que isto ocorra em um país que não tenha nenhuma lei para restringir a contratação de empresas. Há algum aspecto do profissionalismo a ser considerado pelo atuário da empresa ou pela entidade de classe profissional ?

Considere esta situação para os seguinte tipo de contrato:

- Uma política de seguro de vida que pague uma indenização se o segurado for diagnosticado com uma doença particular que esteja temida atualmente, porém com um número de casos observados relativamente baixo.

1.2.5 O conselho profissional é individual

Um ponto essencial que deve ser destacado é que o conceito de uma profissão, como uma solução para atender as necessidades de julgamentos com aplicação da expertise, supõe que são os indivíduos que prestam o serviço. O serviço não pode ser fornecido por uma empresa, a menos que a empresa esteja claramente sob o controle direto de membros individuais da profissão.

Esta distinção entre prestadores de serviço individuais e empresas prestadoras tornou-se uma questão para a profissão atuarial quando os fundos de pensão foram criados em grande escala, tornando-se necessária a contratação de serviços atuariais. Companhias de seguro de vida e corretoras de seguro, oferecem contratos com pacotes que incluem administração, seguro e serviço de investimento junto com o parecer atuarial. A profissão atuarial deve esclarecer que o parecer atuarial deve ser dado apenas por atuários.

1.2.6 A alternativa às profissões, e a responsabilidade das profissões

Vale a pena considerar como a sociedade funcionaria sem o conceito do profissionalismo, porque este nos oferece uma idéia de responsabilidade das profissões, e um retrato do que acontecerá se as profissões perderem a confiança da sociedade.

Fredson (2001) fornece um modelo útil. Discute que o conceito de uma profissão é uma terceira modalidade de organizar a divisão do trabalho na produção, uma alternativa às outras duas modalidades que são bem conhecidas da teoria econômica, o mercado e a burocracia.

Na modalidade do mercado, o consumidor controla pela sua decisão de compra o que é produzido e por quem, e assim a divisão do trabalho está sob o controle dos consumidores. Na modalidade burocrática, as decisões são feitas por gerentes em uma hierarquia de responsabilidades delegadas, e assim a divisão do trabalho está sob o controle gerencial. Em uma profissão, aqueles que fazem o trabalho possuem o controle sobre o que é feito, como e por quem (por exemplo por apenas aqueles admitidos como membros da profissão), e assim a divisão do trabalho está submetida ao controle da profissão.

O modelo de Fredson é útil porque nos ajuda a compreender as responsabilidades idênticas na sobrevivência das profissões. Por um lado os consumidores querem ter mais participação e não estão preparados para acreditar cegamente na sabedoria do profissional, por outro, os gerentes querem mais controle. Por exemplo, em meados do século 20, os médicos em países como Austrália e os EUA tiveram muito controle sobre que tratamentos prescrever para seus pacientes. No início do século 21, os consumidores estão exigindo mais explicações em seu tratamento, estão pedindo tratamentos particulares ou estão procurando mais ativamente métodos alternativos. Por outro lado, o governo e as seguradoras/planos de saúde, que têm alto custo de

cuidados médicos, estão limitando os tratamentos pelos quais irão cobrir, tirando efetivamente das mãos dos médicos algumas decisões com relação a que tratamento adotar.

As profissões têm estado sujeitas a um olhar muito mais crítico nos últimos anos. Antigamente, as profissões eram capazes de convencer a sociedade que ela precisava de certas práticas restritivas, a fim de manter a qualidade de seus serviços. As profissões, freqüentemente, omitiam da população alguns aspectos da legislação com relação a atividades não competitivas. A sociedade está agora menos disposta a aceitar isto. As entidades de classe profissional têm que demonstrar que o monopólio é essencial para manter a qualidade, e não para abusar de ganho econômico.

O papel das profissões na regulação também mudou. Os governos que, historicamente, delegaram muitas decisões com relação a descrição das atividades profissionais, agora requerem padrões mais formais das práticas. Os padrões podem ser estipulados pela entidade de classe profissional, então, neste sentido, a profissão ainda mantém o controle, apesar da perda de autonomia dos profissionais individualmente. Vale destacar que o governo também é envolvido no estabelecimento dos padrões a serem seguidos. Por um lado, a voluntariedade dos reguladores em confiar as decisões às profissões foi reduzida e por outro lado, a sociedade cada vez mais complexa, sinaliza que a regulação composta por regras rígidas e elaboradas em um curto espaço de tempo são ineficazes. As profissões possuem uma modalidade mais flexível de regulação, porque os profissionais seguem o espírito, ou seja, a prática e não apenas a lei ao pé da letra.

Vale também observar que as burocracias desenvolveram um forma hierárquica menos estrita nos últimos anos, com maior autonomia para muitos empregados. E os avanços tecnológicos indicam que há cada vez menos trabalhos verdadeiramente rotineiros. Assim as distinções entre profissionais e outros trabalhadores estão cada vez mais claras. Apesar de tudo, as profissões são ainda um tipo distintivo de ocupação com privilégios especiais e responsabilidades.

1.3 O CONCEITO DE UMA PROFISSÃO EM SOCIEDADES DIFERENTES

Os atuários trabalham cada vez mais em um ambiente internacional, e é completamente provável que seu trabalho o coloque em contato com outros países e com outras maneiras de fazer coisas. É importante compreender que o conceito de uma profissão não é o mesmo em todas as sociedades. A versão completa do conceito de uma profissão, com todo seu conhecimento, valores e aspectos organizacionais, encontra-se situada fortemente em um contexto Anglo-Americano.

1.3.1 Evolução do conceito de uma profissão na Inglaterra

Objetivando compreender o significado atual das profissões pelo mundo, é válido considerar um breve histórico de como as profissões emergiram na Inglaterra, e comparar então este com outros países. Fredson (1986) investigou a origem da palavra profissão em inglês. O mais velho uso era para declaração ou expressão da finalidade. Eram implícitos motivos religiosos e morais para dedicar ao indivíduo um bom final de vida. Por volta do século XVI, a profissão tinha estendido sua conexão religiosa original e foi usada para três ocupações educacionais da universidade de teologia, do direito, e da medicina. Estas três ocupações foram aprendidas, e associadas a elite, que detinham o monopólio sobre a aprendizagem formal. Estas ocupações tiveram assim status elevado que tinham em comum três características ligadas ao bem estar - espiritual, financeiro ou físico - dos indivíduos, que eram obrigados a confiar nos membros destas ocupações se desejassem consultá-los. Assim seus trabalhos tinham uma atmosfera de importância especial, distinguindo das ocupações que forneciam necessidades mais básicas. A exigência de confiança incentivou um desenvolvimento adicional dos elementos relacionados ao valor.

A comercialização e a industrialização do progresso da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX criaram novas habilidades de ocupação. Entre elas incluíam os trabalhos do atuário, do contador e do engenheiro. As três profissões aprendidas forneceram uma categoria estabelecida em que os membros das novas ocupações pudessem ser encaixados.

Em meados do século XIX, o termo profissão estava sendo aplicado para uma série de ocupações embutido de conhecimentos e valores relacionados. Os aspectos organizacionais seguiram, com um grande número de tipos de sociedades instruídas e organizações profissionais que foram fundadas na Inglaterra entre 1840 e 1890 (a

primeira entidade de classe atuarial, Instituto dos Atuários, foi fundado por atuários Ingleses e escoceses em 1848).

1.3.2 Contrastando histórias do conceito de uma profissão na Inglaterra, na França e nos EUA

Burrage (1990) traz uma explicação diferente do desenvolvimento da profissão na Inglaterra, na França e nos EUA nos termos da história política destes países. O desenvolvimento na França influenciou muito outros países na Europa e naqueles que foram colonizados. A hipótese de Burrage pode ser resumida como segue.

Até o século XVII, ocupações eram organizadas de uma maneira similar por toda Europa. Todos os ofícios e comércios eram auto regulados, em um mercado anti-competição, que educavam novos membros através de aprendizes. As ocupações instruídas entre estes comércios tinham um status mais elevado, como mencionado anteriormente.

Enquanto as monarquias centralizadoras se tornavam mais fortes na Inglaterra e na França, havia tentativas de reduzir o poder e privilégios locais. Na França, a monarquia se transformou em um poder absoluto. A revolução que varreu a França no século XVIII conduziu também a um governo muito centralizado. Os revolucionários franceses aboliram as instituições corporativas de grupos ocupacionais manuais e eruditos, pois estas foram vistas como rivais aos ideais de igualdade do direito da sociedade. Estes ideais persistiram na consciência pública e criaram resistência às tentativas, pelos advogados por exemplo, de recuperar seus privilégios de auto-regulação. Quando a necessidade para o treinamento de *expertise* foi identificada, o governo estabeleceu escolas próprias de medicina, engenharia e direito. As idéias antigas de auto-regulação dos grupos ocupacionais realizadas por aprendizes desapareceram na maioria das profissões francesas.

Na Inglaterra, não havia nenhuma reviravolta radical que fosse comparada à francesa. Isto significou que as estruturas medievais sobreviveram na idade moderna, ao contrário dos franceses, os ingleses não desenvolveram uma ideologia popular de igualdade e de direitos individuais. As profissões antigas como o direito continuaram com suas estruturas de auto-regulação e entrada através do aprendizado, e este modelo foi seguido pelas novas profissões. A instrução em assuntos profissionais foi transferida lentamente às universidades, e o processo ainda está incompleto.

O ideal do profissional inglês foi imposto nos EUA, mas encontrou resistência da ideologia populista, que se opôs ao elitismo inerente nas profissões. As entidades de classe profissionais eram mais fracas do que suas contrapartes inglesas e estavam sujeitas à intervenção do governo. Burrage discute o sucesso aparente da associação médica americana (AMA), onde não possui nenhum controle direto sobre as escolas médicas, e tem que persuadir seus membros a seguir suas políticas, não tendo nenhum poder disciplinatório sobre os médicos.

1.3.3 A natureza da profissão atuarial na Grã Bretanha, América do Norte e na Europa continental

As diferenças no desenvolvimento do conceito de uma profissão identificada por Burrage na Inglaterra, França e nos EUA parecem encaixar bem com as diferenças históricas na organização do trabalho atuarial destes países. Podemos fazer as seguintes citações:

- Na Grã Bretanha, e em outros países como Austrália e África Sul oriundas de instituições da Inglaterra, a ocupação atuarial é bem organizada, com uma larga extensão de auto-regulação, com a instrução e controle dos estudantes sob o controle da profissão. Nestes países, os governos deixaram historicamente uma considerável autoridade à organização atuarial e aos atuários em matérias como a avaliação das responsabilidades nos seguros de vida;
- Na Europa continental, os atuários foram mais regulados pelo estado que por suas próprias organizações, onde a instrução e a análise está também sob o controle das universidades do estado;
- Os EUA ocupam uma posição intermediária. Os governos dos estados tiveram, historicamente, mais controle sobre a regulação do seguro de vida, por exemplo, e as entidades de classe atuarial são segmentadas. O Canadá por sua vez, se encontra em uma posição mediana entre modelos ingleses e americanos.

Esta é a posição histórica, mas as diferenças internacionais estão se estreitando. Na Grã Bretanha, os governos reavaliaram a liberdade que tinham concedido na regulação da profissão atuarial, requerendo padrões

mais precisos. Na América do Norte os reguladores têm permitido um maior espaço para o julgamento profissional. Assim, os modelos britânicos e norte-americanos estão convergindo. Na Europa, credenciado por um movimento harmônico sob a união europeia, tem reduzido as diferenças entre os modelos europeus britânicos e continentais. Por exemplo, em alguns países europeus onde a instrução dos atuários foi deixada inteiramente ao sistema de universidade, uma entidade de classe profissional foi formada e influenciou os planos de estudo da universidade introduzindo seu próprio processo de instrução e análise.

1.3.4 A profissão atuarial emergente em outros países

Notamos acima que as novas ocupações, tais como atuários, surgiram na Inglaterra, sendo influenciadas por modelos de profissões mais antigas como a teologia, a medicina e o direito. Da mesma maneira, como surge o serviço atuarial nas economias que não tinham percebido previamente uma necessidade por este, os usuários e fornecedores dos serviços atuariais são influenciados pelo modelo de profissões atuariais estabelecidas em outros países. Destacamos alguns comentários de Daykin, atuário do governo no Reino Unido e integrante de entidades de classes atuariais, sobre estender a prática da ciência atuarial a países que não tinham previamente uma tradição de atuários, ou onde tais tradições tinham sido suspensas (Daykin 2000, pp.361-362):

Foi um desafio particular trabalhar no estabelecimento, ou estritamente, em alguns casos, no restabelecimento, da profissão nos países da Europa central e oriental, após um período em que as profissões não eram reconhecidas ou permitidas. Na realidade, a própria estrutura e a ênfase de regulação em padrões éticos parecem estranhas às maneiras em que estes países se tornaram sujeitos ao comunismo. Aqueles que participaram de cursos educacionais fizeram geralmente por causa de seu interesse numa aplicação nova da matemática ou por causa da necessidade de ferramentas práticas para trabalhar no mercado de seguros, pensões ou finanças. O objetivo dos cursos educacionais, entretanto, é ressaltar o conceito de uma profissão, e a importância de desenvolvê-la em seus países, com um melhor treinamento do grupo de técnicos ou especialistas matemáticos. No detalhe, isto requereu um foco, entre outras coisas, sobre:

- aplicações práticas, e teoria;
- padrões éticos elevados, e disposição em servir o cliente, o empregador e o interesse público;
- organização para formar um órgão coesivo com características próprias de regulação;
- uma prontidão em contribuir ao debate de edições públicas e sociais;
- a manutenção dos padrões da competência realçando a reputação dos membros da profissão.

Isto parece ser particularmente difícil de conseguir em um país grande como a Rússia, onde a apreciação do conceito sociológico de uma profissão não é difundida. Na China surgem diferentes aspectos, devido ao nível do controle de governo dentro da sociedade. O desenvolvimento em países menores têm sido incentivado, e sugerem que o conceito de uma profissão possa ser executado em quase toda a sociedade democrática.

Uma reflexão mais avançada é necessária neste tópico, enquanto a profissão começa a ver o crescimento substancial em tradições sociais e religiões completamente diferentes, como na China e no mundo árabe. O foco no interesse público pode ser mais compreendido nestas culturas, onde a responsabilidade incorporada ao social tende a fazer uma análise da preferência sobre o individualismo. Neste sentido o valor de uma profissão pode ser compreendido, embora o conceito de regulamento próprio possa apresentar dificuldades.

No Brasil, a Ciência Atuarial foi reconhecida pelo então Presidente da República Getúlio Vargas em 1941, quando este prefaciou a Revista Brasileira de Atuária.

“ A atuária como técnica especializada indispensável ao êxito das organizações de Previdência Social é, geralmente, pouco conhecida pelo público que colhe os benefícios de sua aplicação. É, pois, digna de aplausos a iniciativa da publicação da “Revista Brasileira de Atuária”, que tem por objetivo, no nosso país e no estrangeiro, a vulgarização dos elementos fundamentais dessa

ciência, e de louvores o esclarecido esforço de seus paladinos, colaboradores do bem estar social no Brasil

Petrópolis, 24 de março de 1941
Ass. Getúlio Vargas"

Em 1944, foi criado o Instituto Brasileiro de Atuária-IBA e a criação da profissão de atuário ocorreu em 1969 pelo Decreto Lei nº 806/69 e regulamentada um ano mais tarde pelo Decreto 66.408/70.

Com a falência de diversas Entidades voltadas para benefícios de aposentadoria e pensão, conhecidas como Montepios, instituiu-se, através da Lei nº 6435 de 1977 a obrigatoriedade da responsabilidade atuarial neste segmento, sendo posteriormente extensiva para seguros.

1.4 O PAPEL DO ÓRGÃO PROFISSIONAL

1.4.1 Comentários gerais

Notamos acima que o todo de uma profissão tem elementos organizacionais. Estes são conduzidos através de um órgão profissional. Geralmente, há somente um órgão em uma jurisdição, isto é em parte porque, como nós vimos acima, uma profissão pressupõe um monopólio. O órgão profissional servirá geralmente como uma ponte para a discussão entre o governo e a profissão, e é difícil dois órgãos competirem para exercer este papel. Às vezes, por razões históricas, haverá mais de um órgão. Esta é uma situação natural se os diferentes órgãos exercessem uma especialidade profissional diferente; então realmente nós poderíamos pensar em cada especialidade profissional como uma profissão separada. Por exemplo, para engenheiros civis e engenheiros elétricos podem ter órgãos separados. Em alguns países há associações separadas para os atuários que trabalham no seguro de vida e para aqueles que trabalham com planos de aposentadoria. Se houver dois ou mais órgãos cujos membros fornecem o mesmo serviço, este tende a ser instável. Uma organização provavelmente se tornará dominante e absorverá eventualmente as outras, ou os órgãos podem se tornar muito similares, trabalhando junto de diversas maneiras.

Nós analisaremos agora de que forma a profissão atuarial é organizada.

1.4.2 A profissão atuarial: o nível internacional

A profissão atuarial é mais internacional do que muitas outras profissões. A maioria das profissões têm conferências multinacionais e sociedades educacionais para facilitar a troca das idéias, mas seus serviços são fornecidos geralmente somente em seu ambiente local, e conseqüentemente alguns padrões da prática são aplicados somente à jurisdição local. Os médicos, por exemplo, tratam geralmente somente pacientes em sua área local. Mas algumas profissões, notavelmente atuários e contabilistas, podem ser envolvidas em prestar seus serviços à corporações multinacionais que operam em muitos países. A Associação Atuarial Internacional (IAA) serve como um fórum de discussão e deliberação para as questões profissionais da comunidade atuarial mundial.

Os critérios para que uma organização se torne um membro do IAA engloba algumas das características chaves de um órgão profissional. Para ser membro do IAA, um órgão atuarial profissional deve ter:

- Um código de ética aceitável;
- Um procedimento disciplinar aceitável;
- Emitir padrões de práticas profissionais, com um procedimento aceitável para esboçar e reforçar os padrões;
- O compromisso de que a qualificação profissional, no âmbito educacional, de seus membros, considerados plenamente aptos a exercerem a profissão, esteja de acordo com as diretrizes mínimas de educação exigidas pelo IAA.

O IAA não tem nenhum poder sobre as associações nacionais individuais, mas seus critérios são influentes. Associações nacionais fizeram mudanças na forma em que estavam organizados para assegurar que estavam de acordo com os critérios mínimos exigidos pelo IAA. No Brasil, a partir de 2005, foi implementado o exame de certificação de novos atuários pelo IBA – Instituto Brasileiro de Atuária de forma a garantir o nivelamento do conhecimento para exercer a profissão atuarial no Brasil tendo como base o *Syllabus*, documento elaborado pelo IAA para ser utilizado como diretriz neste aspecto.

As associações atuariais que não alcançam os critérios mínimos para se tornarem membros do IAA podem ser membros observadores.

1.4.3 O nível nacional

O website da IAA, em www.actuaries.org, lista os órgãos que são membros do IAA. Esta é uma maneira útil de ver em que países os órgãos profissionais operam. Você pode encontrar websites para a maioria destes órgãos profissionais relacionados pelo IAA ou as páginas relacionadas aos órgãos nacionais, tais como a Faculdade e Instituto de Atuária do Reino Unido (www.actuaries.org.uk), o Instituto dos Atuários da Austrália (www.actuaries.asn.au) e o Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) (www.atuarios.org.br).

Você verá que na maioria dos casos há somente um órgão atuarial profissional num país. Há algumas exceções. O Reino Unido tem dois órgãos, o instituto (baseado na Inglaterra) e a faculdade (baseada na Escócia), mas nos últimos anos combinaram muitas de suas atividades. Os EUA têm diversos órgãos diferentes. A Academia Americana dos Atuários foi estabelecida para fornecer uma única voz para a profissão nos Estados Unidos. Há também as organizações atuariais que não são órgãos profissionais, mas existem para facilitar a discussão. Estas incluem sociedades dos estudantes, sociedades locais e associações de consultoria atuarial ou outros com interesses comuns.

Embora os órgãos profissionais que aspiram à membros do IAA devam seguir as diretrizes mínimas de educação, não significa que cada membro organize sua própria instrução de pré-qualificação. Por exemplo, a sociedade atuarial de Hong Kong admite como membros aqueles que são membros do Instituto, da Faculdade ou da Sociedade dos atuários, ou do Instituto dos Atuários da Austrália. Muitos órgãos, particularmente na Europa, admitem como atuários inteiramente qualificados aqueles que concluíram o curso superior em determinadas faculdades.

1.4.4 Padrões profissionais

Código de conduta e outros padrões profissionais

O órgão atuarial profissional terá um código de conduta, sendo consultado como um padrão profissional de conduta ou código de ética, o que irá estabelecer princípios de comportamento em qualquer área de atuação.

Uma parte fundamental do código de conduta, indicado explicitamente ou não, é que os atuários devem somente fazer análise das tarefas que são competentes a executar. Se há alguma exigência formal para qualificações de especialistas ou experiência prévia em uma área particular de trabalho, os indivíduos devem aplicar seu próprio julgamento profissional para avaliar o conhecimento necessário, as habilidades e a experiência prática.

Além do código de conduta, o órgão profissional pode emitir padrões escritos da prática. Se todos os membros concordarem claramente com o processo da instrução formal e com a discussão formal e informá-la seguir, não pode haver nenhuma necessidade de se ter um padrão escrito sobre essa tarefa. Entretanto, há outras razões em se ter padrões. As vantagens de ter padrões escritos incluem:

- Fornecem uma lista de verificação útil do que deve ser feito, e desde que reflita concordância com a prática, ele não conterà atuários competentes e conscienciosos de fazer o que faria de qualquer maneira;
- Protege o cliente, e outro que pode indiretamente confiar no trabalho do atuário, assegurando ao atuário de fazer um trabalho completo usando métodos apropriados;
- Protege o atuário, que pode sofrer pressão por um cliente em omitir partes essenciais de uma tarefa a fim de chegar na resposta que o cliente gostaria;

A desvantagem de ter um padrão escrito, é que, é difícil especificar os métodos que se aplicam em cada situação. Recorde que a finalidade de uma profissão é tratar dos problemas direcionando seu julgamento, não podendo ser reduzido a um jogo de regras. Os padrões são escritos geralmente em termos razoavelmente gerais, cabendo ao atuário julgar quais métodos e suposições são apropriados a usar em casos particulares. Um atuário que não tenha a conduta esperada em uma situação específica não deixará de ser julgado porque o código de conduta não especificava quais ações deveriam ser tomados

Tipos de padrão profissional

Um órgão profissional distinguirá freqüentemente três tipos de padrões. A terminologia varia entre órgãos profissionais diferentes. Os três tipos são:

- O primeiro tipo de padrão, chamado freqüentemente de Padrão Profissional, irá estabelecer práticas aceitáveis, e um atuário necessitaria ter uma razão muito boa para não as seguir. Se um atuário decidir não seguir o padrão do profissional em um caso particular, este deve ser divulgado e justificado.
- O segundo tipo de padrão, chamado freqüentemente notas de orientação, é emitido para a orientação e pode ser estabelecido como uma prática recomendada, onde não haja nenhum consenso sobre qual prática é aceita. Os atuários devem divulgar se decidirem não seguir a recomendação.
- O terceiro tipo de padrão é chamado notas de obrigação do governo (não aplicável ao Brasil) . Os atuários devem segui-las, ou recusarem a executar o trabalho coberto pelo padrão obrigatório. Estes padrões, freqüentemente, requerem uma terceira parte, como por exemplo, um regulador, o qual irá estabelecer padrões para as práticas de forma objetiva.

1.5 O PAPEL REGULADOR DO ATUÁRIO

1.5.1 Comentários gerais

Mencionamos acima que as profissões, freqüentemente fazem parte do sistema de regulação, isto acontece no caso da profissão atuarial. Os países terão papéis diferentes para atuários, ajustados conforme a legislação. Os papéis legislativos são os mais comuns no seguro de vida, mas são encontrados também em outras áreas de seguro. Os atuários podem também, devido as suas qualificações atuariais, opinar sobre aspectos financeiros sem ter a formação exigida para fornecer este serviço. Não consideraremos os papéis em áreas diferentes da prática, porque a legislação varia de país para país, e muda conforme o tempo. Vamos considerar algumas das funções que os atuários atuam.

1.5.2 Supervisão cuidadosa

O regulador objetiva reduzir o risco que os segurados, os depositantes e outros indivíduos vulneráveis, sofrerão caso uma instituição não honre com seus compromissos.

Uma instituição financeira necessita compreender os riscos que está tomando, pois podem expor seus clientes a problemas inesperados. É necessário carregar preços de forma justa gerando um fluxo de caixa eficiente, e investindo os recursos apropriadamente para cobrir a responsabilidade com seus compromissos com uma margem de segurança. Para fazer isto, necessitamos analisar sua experiência e construir modelos para prever o futuro.

Os reguladores podem controlar estes aspectos através de regras. Por exemplo, os bancos tiveram limitações colocadas nos produtos que podem oferecer, e que recursos podem investir, e foram requeridos o uso de fórmulas específicas para calcular o que é uma margem de segurança suficiente. Os bancos podem permitir o uso de seus próprios modelos em algumas circunstancias, mas os reguladores serão envolvidos geralmente para considerar a qualidade do processo modelado.

Em outros casos, o regulador pode delegar algumas ou todas as atividades que suportam a supervisão cuidadosa aos atuários. Os diretores da instituição financeira podem procurar o conselho atuarial para ajustar preços e/ou determinar que quantidade de recursos deve ser retida, ou certamente podem requerer uma visão geral das operações da instituição. O atuário pode ter que aprovar o que é feito, ou fornecer simplesmente o conselho, que os diretores podem acatar ou ignorar.

Papéis reguladores não legislados

Um atuário pode utilizar um papel regulador não legislado, mesmo que não exista nenhum regulador ou legislação do governo. Por isso a instituição pode usar a participação de um atuário ao demonstrar que é financeiramente sadia. De fato esta situação foi parte principal do trabalho atuarial por muito tempo. Por exemplo, no século XIX, as companhias de seguro de vida da Grã Bretanha regularam e publicaram os resultados e as premissas atuariais para avaliar a solvência de uma seguradora, a fim de incentivar a compra de apólices de seguros de vida. Somente após o colapso de algumas companhias que não tinham feito a análise atuarial que as leis foram introduzidas, requerendo das companhias a obtenção de avaliações atuariais regulares de solvência. Cabine (1997) discute o papel da profissão atuarial no regulamento de serviços financeiros e discute que a profissão atuarial britânica, evoluiu naturalmente de acordo com a necessidade do mercado para um serviço regulador.

Transmissão de conselho às terceiras partes

Você deve sempre estar ciente que o conselho que você fornece a uma instituição financeira pode ser confiado a terceiros que acreditam que: porque você é profissional, você é independente, competente e consciencioso. Por exemplo, suponha que você foi consultado por uma companhia para ajustar o crescimento das oliveiras. Você considera todos os aspectos de planejamento da sua operação: quanto dinheiro pretendem levantar no formulário da equidade e do débito, como a operação será controlada, as projeções para colheitas e vendas das azeitonas, dos procedimentos da gerência de risco no lugar, e conclui seu relatório que a proposta é eficaz e que há pouco risco do débito que não pode ser reembolsado. Você descobre então que a companhia está aproximando e citando a opinião profissional de um atuário que o débito do risco é muito baixo. Você ficaria preocupado se recordasse agora que, uma vez que você não sabe nada sobre a colheita provável por árvore ou preços futuros de azeitonas, suas projeções foram inteiramente confiadas a imagem da companhia. Quando você fez seu relatório deveria ser levado em consideração a possibilidade da companhia estar usando as suas palavras para convencer outros.

EXERCÍCIO

Na situação da fazenda de olivas descrita acima, que etapas você deveria ter examinado para evitar o uso errado de seu relatório?

1.5.3 Outras áreas onde os atuários são envolvidos nas divulgações da informação

O papel do atuário é realmente fornecer informações que as partes interessadas não podem obter de outra maneira, como por exemplo, sobre a estabilidade de instituições financeiras. Há várias áreas onde os atuários são envolvidos em fornecer a informação. Em alguns casos, o papel do atuário pode ser estabelecido na legislação, e em outros casos a organização pode escolher ter um atuário de modo que os terceiros possam ter a confiança na informação.

Um outro exemplo está relacionado ao valor das responsabilidades proeminentes sob políticas gerais de seguro de vida e de seguro gerais. O valor tem que ser real. Se for demasiadamente baixo, a companhia de seguros não terá bastante dinheiro reservado para pagamento dos sinistros. Se o atuário super estimar as obrigações, este reduzirá o lucro anual. Ou seja, se uma política for emitida durante o ano, no fim deste, o lucro dessa política consistirá nos prêmios recebidos, mais o retorno dos investimentos, menos os sinistros pagos, menos as despesas operacionais, menos a provisão para pagar sinistros e despesas no futuro. Assim o valor calculado afetou diretamente a obrigação do ano. Na prática o atuário utilizou: o objetivo cuidadoso de ser razoavelmente confiável e o objetivo informativo realista de estimar o lucro. Um problema similar pode aparecer em distinguir quanto um empregador deve contribuir para um plano de previdência e quanto o plano custou realmente

durante o ano, que impactará no lucro do empregador. A contabilidade tem também padrões para tais áreas de trabalho, onde os atuários devem analisar e considerá-las.

1.5.4 Tratamento justo

Uma outra função reguladora que os atuários se envolvem assegura quando a instituição financeira tem ponderações sobre termos e circunstâncias, onde os indivíduos afetados são corretamente tratados. Historicamente, este era um papel muito importante para atuários com relação a lucratividade das apólices dos seguros de vida. Sherris (1987) analisa este papel nos termos da teoria econômica de agente de custos da transação. Tradicionalmente, as políticas de lucro dos seguros da vida prometiam pagar um benefício garantido fixo e davam ao segurado o direito de participar dos lucros que a priori eram desconhecidos. Não havia nenhuma fórmula na qual a companhia de seguros calcularia a proporção do lucro a ser alocado a cada política. No lugar de uma solução eficiente para resolver estes contratos incompletos, a alocação do lucros seria delegada a uma pessoa que fosse imparcial dentre as partes em questão, além de ser um membro da profissão atuarial.

Os documentos que ajustaram o proposto acima, em uma companhia de seguro de vida, especificava que um atuário decidiria em intervalos regulares de tempo a proporção do lucro a ser alocada a cada política, e também decidiria quais termos seriam oferecidos em uma política que fosse alterada levando em consideração o princípio da equivalência, mantendo a justiça entre todos os interessados. Isto requer dos atuários tomarem decisões que estão acima dos vários interesses que os competem.

Um papel importante é dado, freqüentemente, aos atuários na elaboração de planos de previdência. As regras dos planos estarão ajustadas aos pagamentos de benefícios na maioria das circunstancias, mas nos casos especiais onde é difícil especificar o que seja apropriado, o atuário é responsável por tomar a decisão de como fazer para re-equilibrar o plano.

Os atuários tendem a fazer perícias e tomar decisões sobre o que e o quanto significa ser equivalente. Há certamente alguns princípios gerais que podem ser aprendidos, entretanto, alguns críticos diriam que os atuários foram confiantes demais sobre sua habilidade de tomar decisões sábias ao julgar os interesses que os competem

1.6 OUTRAS INTRODUÇÕES DE PROFISSIONALISMO PARA ATUÁRIOS

1.6.1 Monitorando padrões dentro da profissão atuarial

Todos os atuários têm uma responsabilidade comum com relação aos padrões da profissão. Isto significa que você não somente tem que se certificar de que seu próprio comportamento é padrão, mas deve também avaliar se outros atuários estão cumprindo os padrões. Você não tem que controlar esta responsabilidade sozinho. O órgão profissional terá geralmente um comitê profissional de orientação a quem você possa pedir conselho, mas primeiramente você pode falar com um membro experiente da profissão. Alguns órgãos profissionais criaram um papel especial do atuário sênior, que é uma pessoa nomeada em cada companhia que emprega atuários. A responsabilidade do atuário sênior na conduta profissional de outros atuários empregados também tratará de todas as atividades da companhia que pode afetar a profissão.

Recentemente, a maioria de órgãos atuariais confiaram a si o monitoramento e a ameaça de ação disciplinar para assegurar que os membros seguissem os padrões. Entretanto está aumentando a pressão em todas as profissões para uma monitoração mais formal. Em alguns países, é uma exigência submeter ao órgão profissional uma avaliação própria depois que uma parte de trabalho é terminada. O Instituto Canadense dos Atuários teve esta exigência por alguns anos para atuários que atuavam no ramo de seguro de vida. Uma outra possibilidade de observação dos cumprimentos dos padrões é a revisão do trabalho por um terceiro, requerendo que os membros se certifiquem de estar em linha com a prática comum e submetendo seu trabalho para a inspeção de outros membros da profissão, idealmente, atuários de um empregador diferente. Este

procedimento pode ser requerido antes ou depois do trabalho que é entregue ao cliente, e pode ser para todo o trabalho ou apenas para uma amostra aleatória.

Note que a revisão formal de um terceiro não significa verificar a análise de consistência de dados e cálculos realizados em um trabalho atuarial. O sentido é verificar se a aproximação, a metodologia e os padrões de trabalho usados estão em linha com os padrões pré-estabelecidos.

No Brasil, a prática de revisão formal de um trabalho atuarial realizado, geralmente, é comandada pelo próprio cliente que solicita uma segunda opinião de outro atuário.

1.6.2 Ética e comportamento do profissional

Todos membros, não somente de uma profissão devem comportar-se eticamente. Ser profissional significa ser mais ético que as pessoas que não são membros de profissões? Não exatamente. Não estamos sugerindo que os profissionais são pessoas mais éticas que aqueles que tenham uma ocupação. Em algumas situações é fácil saber qual é a forma de fazer as coisas com ética, embora possa ser difícil colocá-las em prática. Se você se sentir incomodado com alguma situação que está vivenciando, pergunte-se: Como seria se a minha família soubesse disto? Como eu sentiria se minhas ações fossem relatadas nas entrelinhas do jornal? Ou, no exemplo de uma edição complexa que fosse difícil de explicar aos menos experientes, como justificaria minhas ações a um outro atuário que eu respeitasse?

Em algumas situações você pode encontrar-se em uma posição difícil, escolhendo a pior dentre as poucas alternativas apresentadas. Este é o momento em que deve-se procurar o conselho de outros membros da profissão.

1.6.3 Papel da Comissão de Ética do IBA

No Brasil, em caso de inobservância do Código de Ética Profissional do Atuário, uma Comissão de Ética julgará o mérito da questão com base no seu Regimento Interno e apresentará relatório formal, contendo suas conclusões e, se for o caso, a penalidade a ser aplicada pelo Presidente do IBA.

O Regimento Interno da Comissão de Ética estabelece que a acusação de inobservância do Código de Ética, contra atuário, deverá ser formalizada por escrito, por pessoa física ou jurídica, dirigida à Comissão de Ética, contendo todas as informações necessárias, juntamente com todas as provas documentais de que dispuser, para a apuração do fato.

A Comissão de Ética decidirá sobre a pena a ser aplicada ao infrator, conforme o grau de gravidade da falta, de acordo com os seguintes critérios:

I – advertência, nos casos de:

- praticar, direta ou indiretamente, ato de natureza pública ou privada capaz de comprometer a sua dignidade, o renome da profissão e a fiel observância da regulamentação profissional;
- assumir compromissos além da sua capacidade legal, técnica, financeira, moral e física;
- aceitar serviços técnicos de qualquer natureza, direta ou indiretamente, com prejuízo próprio ou para a classe;
- interromper a prestação de serviços sem justa causa e sem notificação ao cliente.

II – suspensão, por seis meses, da condição de MIBA, ou, no caso de não se tratar de MIBA, impedimento, por igual período, de filiação ao IBA, nos casos de:

- assinar documentos elaborados por terceiros, resultantes de trabalhos técnicos que não contaram com a efetiva participação do atuário;
- assinar documentos que possam resultar no comprometimento da dignidade da classe;
- cooperar com clientes em práticas que venham a prejudicar legítimos interesses de terceiros.

III – desligamento definitivo dos quadros do IBA, ou, no caso de não se tratar de MIBA, impedimento definitivo de filiação ao IBA, nos casos de:

- exercer atividade profissional ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso;
- deturpar intencionalmente a interpretação do conteúdo explícito ou implícito em documentos, obras doutrinárias, leis, acórdãos ou outros instrumentos de apoio técnico ao exercício da profissão, com o intuito de iludir a boa fé de seus clientes ou de terceiros;
- realizar propaganda abusiva ou que venha induzir a outros em erro.

Capítulo 2: O Contexto do Trabalho Atuarial

2.1 POR QUE CONSIDERAR O CONTEXTO?

2.1.1 Introdução

Rinnooy Khan (1992, p. 87) destacou a riqueza do contexto do trabalho atuarial apontando que “... a profissão atuarial tem interfaces em todo lugar e só é apropriado treinar atuários em total consciência da importância dessas interfaces.”

O trabalho atuarial nunca acontece em um mundo tão simples quanto aquele implícito nas suposições e metodologias que são a base da maioria dos modelos usados por atuários. O trabalho atuarial sempre ocorre dentro de um contexto, ou ambiente, composto de uma intrínseca e diversa gama de elementos. O contexto difere de país para país. Dentro de um país específico, o contexto difere de área de prática para área de prática. Para uma dada área em um país específico, o contexto difere de empresa para empresa, e de cliente para cliente.

Por exemplo, suponha que você é um consultor que faz estudos atuariais para diversos planos de fundos de pensão. Você deve conhecer o ambiente ou contexto em que todos esses planos operam (ex. legislação e regulamentação relevante, taxação, tendências e condições econômicas atuais, padrões da prática atuarial, etc). Esse contexto ou ambiente é comum a todos os planos que revisar. No entanto, você pode conhecer cada plano e suas circunstâncias específicas (ex. acordos de dívida ou outros documentos, sua estrutura beneficiária, seu tamanho, perfil demográfico de seus membros, atitudes dos gestores dos fundos, os pontos de vista e interesses do empregador patrocinador, etc).

Por essa razão, não existe uma receita padrão para o trabalho atuarial. Se tivermos um modelo, precisamos mantê-lo flexível. Precisamos usar princípios básicos para defini-lo. Isto é constante na prática atuarial. Cada problema ou tarefa é diferente. Soluções e processos encontrados em livros raramente se adequam às circunstâncias do mundo real. O que precisamos é uma compreensão minuciosa dos princípios básicos, reforçada pela experiência em aplicar esses princípios básicos em diversas situações.

A familiaridade com o contexto é uma responsabilidade profissional do atuário. Por exemplo, o Guidance Note GN353 do Instituto de Atuários da Austrália lida com a estimativa de obrigações de apólices de seguro gerais (também chamados “seguro não de vida”, e particularmente nos Estados Unidos seguros de propriedade) e afirma:

“O atuário também deve estar familiarizado às tendências econômicas, tecnológicas, médicas e sociais da comunidade que podem afetar o valor das obrigações do seguro.”

Neste capítulo, nós identificamos elementos comuns do contexto do trabalho atuarial e discutimos como esses elementos podem afetar o trabalho que faremos como atuários.

2.1.2 O contexto não é estático

O contexto nunca é estático. O contexto muda com o tempo. Cada vez que um atuário investiga cálculos de fundos de pensão ou estima cláusulas de um portfólio de apólices de seguros de casas, ou revisa taxas para apólices de seguro anualmente renováveis, a tarefa torna-se um novo problema a ser resolvido, porque o contexto mudou. O grau de mudança pode variar de insignificante a considerável e material.

O mecanismo de resposta do ciclo de controle atuarial é necessário para lidar com o impacto do ambiente dinâmico em nosso trabalho. As condições econômicas mudam, novas leis são criadas e as atitudes sociais mudam, a tecnologia se desenvolve e os consumidores se tornam mais exigentes e muitos outros fatores variam. Se pudéssemos prever tal mudança, nosso ciclo de controle atuarial não precisaria de um mecanismo de resposta. Não haveria razão para comparar a experiência atual com o que se sabia antes, porque as duas situações seriam idênticas. A mudança no mundo real é imprevisível. Isto produz a incerteza futura que cria a

necessidade de perícia atuarial. O mecanismo de resposta representa um processo de aprendizagem para o atuário e para a companhia ou fundo de pensão sob assessoria.

Os problemas que os atuários enfrentam são raramente unidimensionais. Como a maioria dos problemas do mundo real, eles podem ser vistos sob várias perspectivas. A perspectiva atuarial é primariamente financeira e matemática. A maioria dos problemas também tem dimensões sociais, culturais, psicológicas, históricas, industriais, políticas e geográficas. O atuário, ciente de todas essas perspectivas, dará melhor assessoria atuarial aos empregadores e clientes.

2.2 OS COMPONENTES DO CONTEXTO

A tabela 2.2 abaixo é um resumo dos componentes do contexto do trabalho atuarial. Ela não é exaustiva. Outros itens, não listados aqui, serão às vezes importantes. Os itens listados não serão sempre importantes. Os componentes não são separados e independentes, mas interligados. Eles não formam um pano de fundo estático como o cenário de um palco. Eles criam um ambiente dinâmico e multidimensional que tanto afeta, quanto é afetado pela prática atuarial.

Alguns atuários consultores australianos têm assessorado clientes em um ambiente que pode parecer incomum para os atuários – o mercado de eletricidade. No final dos anos 90, algumas indústrias de eletricidade previamente operadas pelo governo foram privatizadas, levando ao desenvolvimento de um mercado em que o preço da eletricidade é estabelecido (quase) em tempo real, de acordo com o suprimento e a demanda. Preços de atacado podem ser muito voláteis. As técnicas atuariais têm provado ser muito valiosas aos geradores de energia, órgãos reguladores e distribuidores de várias maneiras diferentes, conforme Hinton (1999). Você também irá reconhecer os elementos da tabela 2.2 no mercado de eletricidade assim que puder vê-los em ambientes atuariais mais comuns, como de seguro e de fundos de pensão.

No restante deste capítulo, discutiremos alguns dos componentes listados um a um. Devemos lembrar, no entanto, que eles não são separados e não relacionados. Eles freqüentemente interagem e às vezes criam conflitos e pressões para um atuário.

TABELA 2.2 RESUMO DOS COMPONENTES DO CONTEXTO DO TRABALHO ATUARIAL

Categoria Geral	Componentes
Contexto profissional	Código de conduta Padrões de prática
Ambiente regulador (governo, legislação e judiciário)	Leis do país ou do estado Autoridades supervisoras Regulamentações Políticas governamentais Impostos Decisões políticas e judiciais Assistência Social e Seguro Social
Ambiente físico	Clima Riscos naturais (terremotos, tempestades etc.)
Ambiente econômico e social	Estrutura, condições e tendências econômicas Estrutura e tendências demográficas

	Valores e atitudes comunitários Fatores culturais Padrões de emprego e trabalho Questões industriais (sindicatos) Práticas e padrões de contabilidade Desenvolvimentos tecnológicos
Ambiente industrial	Gama de produtos e serviços oferecidos Convergência das instituições financeiras Distribuição de produtos e intermediários Concorrência Associações industriais

2.3 CONTEXTOS PROFISSIONAIS E REGULADORES

Na maioria dos países, um atuário é reconhecido como um profissional com privilégios e responsabilidades especiais. As implicações disso na abordagem e conduta do trabalho do atuário são muito importantes. Os governos geralmente regulam as instituições financeiras e suas atividades. A regulamentação pode ser imposta por meio de uma combinação de legislações (leis aprovadas pelo governo) e supervisão de órgãos estatutários, conhecidos como autoridades supervisoras ou reguladoras, que têm responsabilidades e poderes específicos; no contexto brasileiro este papel de supervisão é exercido pela SUSEP, ANS e SPC, por exemplo. O ambiente regulador tem um grande impacto no trabalho atuarial. É também uma área onde muitos atuários trabalham.

2.4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Estar ciente das políticas governamentais e conhecer as forças que as moldam pode ajudar um atuário a assessorar clientes ou empregadores em possíveis futuras mudanças legislativas, reguladoras entre outras e seus prováveis impactos. Da mesma forma, pode ser útil estar ciente das plataformas e partidos políticos que não estão no governo, mas que podem vir a ser governo ou assumir uma posição de influência no futuro.

As associações de atuários profissionais monitoram o desenvolvimento das políticas de governo. Elas geralmente participam de debates públicos sobre as direções políticas e dão conselhos a políticos e servidores públicos sobre questões relacionadas ao trabalho atuarial. Os atuários geralmente trabalham em órgãos de assessoria de governos, comissões de inquérito e comissões de autoridades reguladoras, onde a habilidade atuarial é relevante.

2.5 IMPOSTOS

Imposto é quase sempre parte do contexto do trabalho atuarial. Existem muito poucos exemplos de arranjos, fundos ou produtos financeiros nos quais os impostos não sejam uma consideração importante para todas as partes envolvidas. Os governos às vezes encorajam certo comportamento financeiro de corporações ou indivíduos (por exemplo, poupança pessoal durante vida produtiva para futura aposentadoria), oferecendo-lhes taxas de impostos favoráveis. Este tratamento favorável não significa uma completa ausência de impostos, embora os fundos de pensões no Reino Unido e nos Estados Unidos se acumulem em uma base quase livre de impostos.

As instituições financeiras, como qualquer outra empresa de negócios, estão sujeitas a regimes de impostos dos países ou estados onde operam. Algumas medidas de ganhos da empresa são geralmente a base para a taxaço, mas a medida pode variar muito de país para país.

A natureza, a extensão e a operação da taxaço são geralmente definidas pela legislação, baseadas em um conjunto de regulamentações e interpretadas por tribunais regionais. Assim como conhecer as implicações das atuais leis e regulamentações de impostos, um atuário deve estar ciente das possíveis mudanças futuras nos regimes de impostos. Tais mudanças são sinalizadas antecipadamente quando os governos iniciam revisões de impostos ou quando afetam partes específicas da comunidade. Seguir e entender o debate público associado a essas revisões ajudará os atuários a chamar a atenção de seus clientes e empregadores para os efeitos prováveis das possíveis mudanças futuras em suas projeções.

Os impostos podem afetar os preços dos produtos, a política de preços, determinar lucros, analisar gastos, projetar possíveis futuros fluxos de caixa – em resumo, quase todo o trabalho que um atuário exerce. As considerações sobre impostos podem ser importantes para o desenvolvimento do produto. O cliente pode se beneficiar de uma redução de impostos se o produto for desenvolvido de uma determinada forma.

2.6 DECISÕES POLÍTICAS E JUDICIAIS

As mudanças das leis de uma nação podem ter um impacto indireto em áreas onde os atuários estão envolvidos. Por exemplo, a introdução da obrigação de uso de cintos de segurança em veículos automotores ou mesmo a realização do teste do bafômetro em motoristas pode ter um efeito dramático tanto na incidência, quanto na severidade dos acidentes de trânsito. Por sua vez, isso pode impactar no custo de seguros de carros, assim como no custo de cláusulas de outras classes de seguro.

As decisões judiciais são regras feitas por juizes. Elas podem ser especialmente importantes quando uma nova legislação é promulgada, ao determinar exatamente como a nova legislação vai funcionar. A interpretação do texto de uma apólice de seguro pode se tornar objeto de uma decisão judicial. Por exemplo, vamos supor que uma companhia de seguros de vida lance um seguro para doenças críticas, cujo preço foi afixado na suposição de que ele cubra apenas determinadas condições e procedimentos médicos. Se esses procedimentos e condições cobertos não forem cuidadosamente descritos, um juiz pode deferir que a apólice cubra uma condição que a companhia nunca tencionou incluir. As cláusulas resultantes não antecipadas poderiam danificar a solidez financeira da companhia de seguros.

As decisões dos juizes quanto à quantidade de danos pagáveis geralmente têm grande impacto nas seguradoras, afetando a quantidade de reivindicações pagáveis. Os níveis de pagamento de reivindicações nas classes de seguro geral são particularmente impactadas pelas decisões judiciais.

2.7 ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURO SOCIAL

Os governos geralmente oferecem programas de benefício de seguro social, tais como pensões, serviços de saúde gratuitos ou subsidiados, benefícios de desemprego e de acidentes de trabalho. Em alguns casos, é exigido que os trabalhadores contribuam individualmente para o custo dos benefícios oferecidos. Em outros casos, os benefícios são financiados pelo lucro dos impostos.

Os benefícios de assistência social são desenvolvidos para suprir necessidades e a elegibilidade é baseada nas necessidades. Eles geralmente não dependem de quantidades ou períodos de contribuição, mas podem estar ligados ao tempo de residência no país.

A disponibilidade, a natureza e a extensão dos benefícios de seguro social podem impactar a demanda por serviços financeiros. De tempo em tempo, os governos sofrem pressão para diminuir (ou aumentar) o nível de benefícios sociais. Se os benefícios são reduzidos, os indivíduos tendem a voltar-se a provedores de serviços financeiros para fortalecer seus programas de seguro financeiro pessoal, como a procura pela Previdência Privada no Brasil. Se aumentam os benefícios, o efeito oposto pode acontecer.

Diferentes abordagens do seguro social têm sido usadas em diferentes países. Na China, até o início do movimento em direção à liberdade de empreendedorismo, nos últimos anos, milhões de pessoas eram

protegidos por um sistema de seguro social chamado “do berço à sepultura” (cradle-to-grave). A maioria das companhias eram estatais e mantinham uma proporção muito alta da população total de empregados. Cada companhia estatal era responsável pelo bem-estar de seus empregados durante toda a vida. Isso incluía a provisão de pensões de terceira idade a trabalhadores aposentados por idade.

2.8 CLIMA E RISCOS NATURAIS

Os riscos naturais têm um impacto óbvio nos seguros gerais em particular, assim como em outras classes de seguros. Terremotos, ciclones, queimadas, enchentes, secas, furacões, tufões e tornados geralmente levam a eventos catastróficos que geram grandes sinistros de altos custos aos seguradores.

Prover seguro contra o impacto financeiro de alguns destes riscos pode ser problemático. Por exemplo, terremotos são conhecidos por ocorrer com frequência em locais previsíveis e extremamente improváveis de acontecer em outros locais. As pessoas que moram em locais de alto risco podem querer seguros contra terremotos; aqueles que moram em locais de baixo risco não terão interesse. Tal risco não pode ser oferecido para um amplo espectro da comunidade pelo seguro privado. O governo deve intervir e prover pagamentos *ad hoc* depois que os terremotos acontecerem, financiados por toda a comunidade por meio de impostos.

2.9 TENDÊNCIAS E CONDIÇÕES ECONÔMICAS

Empregadores ou clientes de atuários são em geral instituições financeiras cuja experiência futura será fortemente afetada pelas condições econômicas e suas mudanças através do tempo. Para prever futuros fluxos de caixa provenientes dos negócios, são necessárias suposições de uma vasta gama de fatores, inclusive variáveis econômicas tais como as taxas de lucros de investimentos e taxas de inflação. As condições econômicas atuais e prováveis tendências futuras irão influenciar na escolha.

Algumas áreas onde os efeitos econômicos são de grande importância são óbvias: retornos de investimento para produtos de investimento, crescimento salarial para fundos de pensão cujos planos são da modalidade de benefício definido, e ajuste de inflação na importância segurada de apólices de seguro de longo prazo.

Outras influências podem ser menos óbvias. Os sinistros de seguros, por exemplo, são significativamente afetados pelos fatores econômicos. Em época de crises econômicas a tendência é a sinistralidade aumentar. Condições de demanda e suprimento afetam os preços de bens e serviços, os quais influenciam no custo para o segurador, pelo reparo ou troca do bem roubado ou danificado. Os *booms* econômicos são importantes. Em tempos de recessão, que tendem a levar a um aumento do desemprego, gastos com sinistros de seguro-desemprego podem aumentar porque os prejudicados não podem voltar ao trabalho assumindo tarefas alternativas. Períodos de recessão podem também levar a falências de negócios e a taxas de juros mais altas, que podem encorajar mais roubos, fraudes e incêndios criminosos.

A estrutura econômica da população de um país é um aspecto importante do contexto. Por exemplo: países com uma alta proporção de famílias de classe média sustentarão uma diversidade de provedores de serviços financeiros. Consumidores que tendem a mover-se a faixas mais elevadas de renda terão necessidades diferentes durante a vida. Embora a população da Índia inclua uma proporção relativamente pequena (em torno de 25%) de cidadãos economicamente ativos, os seguradores estrangeiros estão interessados nos novos mercados não-regulamentados de seguro da Índia, porque 25% de mais de um bilhão de pessoas constituem um grande mercado.

Movimentos de taxas de câmbio podem afetar os custos de apólices de seguro de bens. Por exemplo: considere os seguradores de veículos automotores na Nova Zelândia, que asseguram carros importados da Alemanha, Suécia, França, Japão e Itália. Os seguradores da Nova Zelândia enfrentarão reclamações baseadas em custos de reparos que depende de taxas de câmbio, porque as peças de reposição de veículos importados também terão de ser importadas.

As condições econômicas também estão relacionadas às tendências demográficas. Por exemplo: pesquisadores relataram que os índices de mortalidade parecem aumentar quando cai a renda após uma crise econômica. Eles sugeriram que crises econômicas levam a rendas reduzidas, o que significa menos gastos em alimentação, serviços médicos e remédios, levando a menos saúde e nutrição e maior mortalidade.

2.10 TENDÊNCIAS E ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS

As tendências e estruturas demográficas influenciam os tipos de produtos e serviços que as instituições financeiras podem oferecer.

As tendências e estruturas demográficas afetam a escolha de hipóteses de projeções atuariais de futuros fluxos de caixa. Os níveis atuais e as futuras mudanças em fertilização, migração, mortalidade, invalidez e desemprego são fatores importantes ao investigar as condições financeiras de um plano de um fundo de pensão, por exemplo.

Uma tendência demográfica atual geralmente mencionada é aquela do envelhecimento da população, visto como uma questão importante na maioria dos países desenvolvidos. Em tais países, os índices de fertilidade e mortalidade estão caindo. As pessoas estão vivendo mais, e no futuro haverá menos pessoas economicamente ativas e mais em idade de aposentadoria. Se as estruturas de seguro social e econômico atuais continuarem inalteradas, os custos de pensões por idade e seguro saúde (como um percentual do PIB) aumentarão e os lucros em impostos (como um percentual do PIB) cairão. Projeta-se que este custo extra desta fundamental mudança demográfica será significativa para os governos, ainda que variando muito de país para país. Haverá implicações em todas as áreas em que os atuários atuam.

Em resposta ao envelhecimento da população e aos altos custos das aposentadorias por idade, muitos governos associados à OECD - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico têm tentado igualar, para homens e mulheres, uma idade mais elevada para o início de gozo do benefício. Por exemplo, tanto a Austrália quanto o Reino Unido decidiram mudar gradualmente a idade de aposentadoria feminina de 60 para 65 anos. Em ambos os países, a idade de aposentadoria masculina é 65 anos há muito tempo.

Brown et al. (2002) desenvolveu um modelo relacionando a expectativa de idade de aposentadoria dos trabalhadores no Canadá a um Índice de Transferência de Recursos (do inglês, Wealth Transfer Index (WTI)). A idade de aposentadoria é aquela em que os trabalhadores deixam de ser economicamente ativos. Já o WTI é um indicador de oferta (denominador) e demanda por recursos (numerador) em relação ao governo; onde a oferta de recursos é representada por estes trabalhadores economicamente ativos e a demanda, pelos jovens, desempregados e idosos.

Os autores sugerem que, de um ponto de vista macroeconômico, a idade de aposentadoria deve variar de modo a manter o WTI estável ou aceitável. Eles colocam que a idade de aposentadoria pode ser vista como um item de equilíbrio em um sistema econômico que está em constante procura por equilíbrio. De onde virá a produção adicional de bens e serviços para suportar a crescente proporção de aposentados? Sugerem os autores que ela será produzida por trabalhadores que se mantenham mais tempo trabalhando. No Canadá, eles estimam uma diminuição geral na idade média de aposentadoria até 2017, seguida por um aumento no período de 2017 a 2034.

2.11 PADRÕES DE EMPREGO E TRABALHO

No Reino Unido, nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, até recentemente não era incomum um funcionário trabalhar a vida inteira para apenas um empregador. Nas décadas recentes, há um aumento na mobilidade entre empregos, ao menos para pessoas com mais qualificação e técnicas valorizadas. Agora é visto como desejável aos empregados que experimentem diversos empregos em diferentes organizações, para maximizar as oportunidades de desenvolver suas técnicas e ganhar mais experiência. Assim como aumenta a incidência de enxugamento das empresas, aumenta também a probabilidade da mudança de empresa. Fundos de pensão tradicionais, planejados para atender uma vida inteira de trabalho com um mesmo empregador, não suprem as necessidades de trabalhadores com maior mobilidade. Eles também não servem às necessidades de trabalhadores menos especializados. Em alguns países (por exemplo, Austrália), leis contra discriminação por idade têm tornado ilegal especificar uma idade máxima de aposentadoria. Isso significa efetivamente que a aposentadoria obrigatória está fora de questão (exceto em certas profissões e ofícios). Isto tem implicações óbvias no desenvolvimento de fundos de pensão.

Os padrões de emprego estão intimamente ligados a outros componentes do contexto, tais como estrutura e condições econômicas, fatores culturais, atitudes e convenções sociais, características demográficas e

mudanças tecnológicas. Encorajar os trabalhadores a adiar a aposentadoria (por exemplo, aumentando a média de idade por aposentadoria) é uma tática às vezes usada por governos que procuram maneiras de amenizar o impacto nas finanças públicas de uma população envelhecida. No Brasil, o governo criou o fator previdenciário para postergar a aposentadoria tendo em vista a redução do salário-de-benefício, onde é levado em consideração a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida que muda a cada ano com as tábuas de mortalidade publicadas pelo IBGE .

O conceito de aposentadoria como evento de vida distinto e que ocorre ao atingir a idade comum de aposentadoria, marcando o fim de uma vida de trabalho remunerada e o início de uma nova fase, está sendo desafiado. A prática de aposentadoria gradual, na qual os trabalhadores reduzem suas horas trabalhadas conforme vão envelhecendo, está se tornando mais comum e é provável que continue assim.

No entanto, antes que a aposentadoria gradual possa se tornar uma norma, terão de ser encontradas soluções para algumas das barreiras culturais, econômicas e legais existentes. Por exemplo, as regras de seguro social e as dos fundos de pensão podem ter que ser modificadas. Os empregadores e os próprios trabalhadores podem ter que mudar suas atitudes em relação as suas aposentadorias.

2.12 TENDÊNCIAS E FATORES SOCIAIS

Aqui estão alguns exemplos de como os fatores sociais (por exemplo, atitudes e valores comunitários, fatores culturais) e as mudanças que ocorrem neles com o tempo podem impactar no trabalho atuarial:

- A preferência demonstrada por aposentados em receber uma quantia única ao invés de quantias mensais, observada por várias gerações na Austrália, mas não prevalecente em outros países;
- Reprovação por parte da comunidade da discriminação por sexo, estado civil, religião, invalidez, raça e outros fatores levou a uma legislação anti-discriminatória em muitos países. Debates públicos questionam o direito dos seguradores de vida e fundos de pensão de se eximirem de tal legislação (por exemplo, a fim de usar o sexo como um fator de preço para seguro de vida e a fim de prover benefícios diferentes para homens e mulheres que contribuam com valores iguais);
- Reconhecimento de parceiros ou companheiros do mesmo sexo, bem como de sexos opostos também, para pagamento de benefícios aos cônjuges;
- Limitações nos tipos de perguntas que as seguradoras podem fazer aos proponentes do seguro (por exemplo, orientação ou preferência sexual);
- A atitude da população com relação ao seguro e em especial às exigências (por exemplo, pessoas que pensam seus seguros residenciais como um arranjo nos quais seus prêmios são acumulados ou ainda como investimentos);
- O nível de criminalidade, tais como roubo e fraude, em uma comunidade tem um impacto óbvio no volume de sinistros nos seguros de danos.

Em países com economias emergentes ou em desenvolvimento, pode haver atitudes negativas da população com relação ao seguro. Por exemplo, em algumas antigas repúblicas soviéticas, onde em tempos passados o seguro era provido apenas pelo Estado, a indústria do seguro vem sendo privatizada. Seguradores privados acham difícil superar atitudes negativas de muitas pessoas em relação ao seguro. Sua experiência passada com companhias de seguro estatais podem ter levado essas pessoas a acreditar que seguro é uma perda de dinheiro. Eles podem ter tido sinistros legítimos que foram apenas parcialmente pagos, ou pagos apenas após muito tempo, ou até mesmo nunca pagos.

2.13 QUESTÕES INDUSTRIAIS OU SINDICAIS

As questões sindicais são assuntos sobre os quais há disputa entre empregadores e representantes de empregados (por exemplo, sindicatos). Tais disputas podem ser sindicais ou restritas a companhias específicas. Benefícios a empregados, tais como aqueles oferecidos por fundos de pensão, seguro por invalidez ou morte e cobertura médica e odontológica, podem ser objeto de negociação de tempos em tempos. Um atuário pode ter de aconselhar uma ou outra das partes, ou recomendar uma solução que seja aceitável para ambas as partes.

A pressão coletiva de sindicatos pode levar a níveis salariais mais altos, o que tem impacto no custo dos fundos de pensão que oferecem planos na modalidade de benefício definido.

O envolvimento dos sindicatos adiciona uma perspectiva extra de interesses ao gerenciamento financeiro dos fundos de pensões. Por exemplo, Ferris et al (1995) apontou que os atuários podem ver seu trabalho com fundos de pensão sujeito a uma investigação detalhada por sindicatos. Os autores explicam que o desenvolvimento dos fundos de pensão e o surgimento de grandes superávits em alguns desses fundos tem chamado a atenção dos sindicatos. A crescente investigação do trabalho dos atuários deve ser bem-vinda. Entender a perspectiva dos sindicatos e fornecer conselhos valiosos a todas as partes exige que o atuário seja um bom ouvinte e tenha boas técnicas de compreensão e comunicação.

2.14 PRÁTICAS E PADRÕES DE CONTABILIDADE

As contas de empresas devem ser preparadas de acordo com os padrões de contabilidade. Os padrões de contabilidade afetam virtualmente todos os tipos de trabalho atuarial. Eles podem estabelecer a natureza geral, em maior ou menor grau, das suposições a serem feitas ao realizar uma estimativa/avaliação de quase qualquer coisa cujo valor possa ser estabelecido em termos financeiros. Isto inclui, por exemplo, exigências de fundos de pensão e reivindicações de companhias de seguros.

Por exemplo, na Austrália, o padrão de contabilidade AAS25 especifica os tipos de suposições que devem ser usadas em avaliações de bens e responsabilidades em contas de fundos de pensão. Um atuário pode escolher usar diferentes suposições ao realizar uma revisão atuarial para propósitos dos fundos. No entanto, o atuário terá de explicar ao empregador patrocinador e aos participantes por que as contas apresentam valores diferentes daqueles do relatório do atuário.

No Brasil, o IBRACON através da deliberação NPC 26, introduziu normas de contabilidade para planos de fundo de pensão patrocinados por empresas que possuem capital aberto de tal forma a reconhecer, no seu balanço anual, os compromissos atuariais do plano.

Os padrões de contabilidade podem apontar de que maneira as companhias de seguros relatam suas atividades. Os aspectos afetados tendem a incluir a definição dos prêmios, contabilidade de aquisição de custos, contabilidade para pagamento de resseguro, distribuição de gastos e determinação de responsabilidades (Hart, Buchanan e Howe 1996, p.26). Se as regulamentações para seguradoras exigirem uma abordagem diferente na estimativa de responsabilidades, então um valor diferente daquele constante nas contas publicadas será determinado.

2.15 DESENVOLVIMENTOS TECNOLÓGICOS

O desenvolvimento tecnológico, especialmente em computação e comunicações, teve grande impacto no trabalho atuarial desde o início dos anos 70. Até então, muitos estudos da ciência atuarial eram focados em encontrar melhores maneiras de calcular o valor atual esperados de fluxos de caixa futuros. Melhorias na capacidade de armazenagem, na velocidade de processamento e no custo dos computadores, e o desenvolvimento de softwares de uso fácil, provam que o que antes era considerado pedra fundamental no trabalho atuarial tornou-se quase redundante.

As mudanças tecnológicas influenciam o desenvolvimento e a melhoria de produtos. Tome por exemplo o desenvolvimento de apólices de seguro de vida “*unit-linked*”, comum no exterior. Nesta modalidade, a seguradora deduz do prêmio as despesas inerentes ao seguro (sinistros, DA, comissões, etc) alocando o resultado decorrente em um fundo que investe o dinheiro no mercado financeiro. A participação do estipulante é representada por unidades. Daí o nome “*unit-linked*”. A revisão regulamentar do valor das unidades e seu uso ao determinar o número de unidades adquiridas por prêmios adicionais e ao calcular os valores de apólices foram possíveis somente quando a tecnologia de informática tornou-se suficientemente rápida e poderosa. Além disso, à medida que as tecnologias de comunicação foram aprimoradas, os preços de unidades foram revisados com maior frequência.

Técnicas de venda e marketing também têm sido fortemente afetadas pelo desenvolvimento tecnológico. O marketing direto de produtos financeiros busca reduzir os custos de novas aquisições de negócios. Ele depende

muito de apoio tecnológico, não importando qual canal de distribuição é utilizado. O uso da internet para a promoção de produtos financeiros, marketing, cotações e vendas está agora estabelecido e sem dúvida crescerá.

As mudanças tecnológicas podem ter grande efeito na mortalidade e na morbidade. O desenvolvimento de novos medicamentos pode reduzir significativamente os riscos de doenças, invalidez e morte de causas específicas. Novas máquinas para diagnóstico, para procedimentos cirúrgicos e para tratamentos podem ter efeitos semelhantes. Novos tratamentos tornam-se disponíveis para doenças antes não tratáveis. Ao mesmo tempo, tal desenvolvimento pode levar a aumentos em custos agregados para seguros de despesas médicas e hospitalares, porque as novas tecnologias tendem a ser mais caras.

O desenvolvimento tecnológico traz consigo uma ampla gama de novos bens a serem assegurados (por exemplo, satélites e veículos espaciais) e desafios aos preços e resseguros. Tal mudança também torna muitos itens obsoletos e, portanto, cria dificuldades na avaliação e na reposição de produtos de seguros.

2.16 CONVERGÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Convergência é o termo usado para descrever a tendência observada em muitos países desde os anos 80 de classes de instituições financeiras antes distintas tornarem-se semelhantes. Essa tendência surgiu à medida que cada classe aumentou a oferta de serviços e produtos financeiros. O objetivo tem sido oferecer “*one-stop shopping*” ou venda cruzada (“*cross selling*”) aos clientes na tentativa de suprir suas necessidades financeiras. Essa abordagem *full-service* é às vezes conhecida pela palavra alemã *allfinanz*. Os bancos adicionaram seguros gerais e de vida, fundos de pensão multipatrocinados e gerência de fundos de investimentos à sua tradicional gama de produtos. As companhias de seguro de vida introduziram seguros gerais e resseguros, assim como produtos bancários (depósitos, empréstimos, cartões de crédito etc.) e gerência de fundos de investimentos.

A tendência criou instituições de serviços financeiros que consistem de unidades e subsidiárias em uma variedade de negócios específicos. Reconhecer e analisar os riscos enfrentados por uma empresa *full-service*, assim como as interdependências e correlações entre eles, é um desafio para gerentes, investidores, agências de *rating*, reguladores e atuários.

2.17 DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS E INTERMEDIÁRIOS

Produtos e serviços financeiros estão disponíveis aos consumidores por meio de uma gama de canais de distribuição. O mix de canais e sua relativa importância varia entre os países.

2.17.1 Agentes únicos

Embora no Brasil não seja comum este canal de distribuição, os agentes únicos são intermediários de vendas que representam e vendem os produtos de apenas um fornecedor de produtos. Eles também são conhecidos como *tied agents* ou agentes cativos. Geralmente eles são extensamente treinados pela empresa que representam e são pagos com altas comissões em proporção à quantidade de novos negócios que vendem. Agentes podem ter outros empregos, ou pelo menos trabalhar apenas meio expediente (por exemplo, muitos agentes de seguro de vida no Japão são também donas de casa).

Às vezes, agentes são autorizados a vender produtos de uma ou duas outras empresas também. Isso ocorre quando a companhia à qual estão ligados não oferece uma ampla gama de produtos (por exemplo, não oferece seguro de vida ou não oferece planos de previdência).

2.17.2 Multiagentes

Multiagentes são indivíduos ou firmas que estão autorizados a vender os produtos de diversos fornecedores de produtos. Agentes únicos bem-sucedidos e estabelecidos tentarão estabelecer suas próprias práticas de multiagentes. Sua bem-sucedida performance anterior os habilita a obter acordos de agentes com diversas companhias. Os multiagentes também geralmente recebem comissões das companhias cujos produtos vendem.

2.17.3 Corretores e consultores financeiros

Corretores são intermediários que dão conselho aos consumidores de serviços financeiros ou instrumentos financeiros. Corretores da Bolsa de Valores dão conselho a clientes sobre investimentos em ações ou outros instrumentos financeiros. Corretores de seguros dão conselhos sobre seguros, poupança e produtos de investimento. Corretores da Bolsa recebem uma taxa ou comissão de seu cliente, enquanto que corretores de seguros recebem comissões das companhias das quais vendem produtos.

Os consultores financeiros dão conselhos a seus clientes sobre todas as necessidades de planejamento financeiro. Eles focam em oferecer a um indivíduo, a uma família ou até mesmo a um pequeno negócio um extenso plano financeiro. Tal plano pode incluir recomendações sobre um programa de seguro, planejamento financeiro para aposentadoria, um programa de investimentos e poupança, redução de impostos, etc.

Os consultores financeiros estão crescentemente optando por cobrar de seus clientes uma taxa por serviço. Por exemplo: os consultores podem cobrar uma taxa de \$ 500 a \$ 1 mil pela primeira consulta e preparação de um plano financeiro. O aconselhamento adicional acarretará uma taxa adicional. Vamos supor que o cliente concorde com um plano que inclua a compra de produtos sobre a qual a empresa paga comissão. A comissão recebida pode ser compensada pelo preço da consultoria (portanto o cliente paga menos ao consultor), ou a comissão total pode ser repassada ao cliente (com o cliente pagando o custo total ao consultor). De ambas as formas, todas as taxas e comissões devem ser totalmente reveladas.

Agentes, corretores e consultores financeiros geralmente têm de ser licenciados ou registrados. Eles também podem estar sujeitos à regulamentação e supervisão quanto à adequação de seu conhecimento e experiência para atuar naquela área, o manuseio do dinheiro do cliente e a natureza e qualidade da consultoria feita. Geralmente lhes é requisitado que revelem a seus clientes todas as taxas, comissões e custos que terão que ser recebidos ou pagos.

2.17.4 Distribuição direta

Qualquer método de distribuição que não envolva intermediário é conhecido como distribuição direta. A atração óbvia por fornecedores de produto é que não há exigência de pagamento de comissões a intermediários por tempo ou esforço. Os custos de venda do produto podem ser significativamente reduzidos.

A distribuição direta tem três formas básicas:

- Contato personalizado, direcionado a um indivíduo (por exemplo, correspondência direta, telemarketing);
- Anúncios elaborados para chamar atenção do cliente potencial (por exemplo, um *banner* em uma agência bancária, um anúncio em mídia impressa convidando os clientes a ligar para o número tal);
- Contato iniciado pelo cliente, geralmente resultado de um anúncio institucional, recomendação boca-a-boca, conveniência da localização da agência etc (por exemplo: o cliente telefona para uma grande e conhecida empresa para comprar seguro de vida, ou acessa um site para adquirir seguro de veículo por meio da associação de motoristas a qual pertence, ou entra em uma agência para abrir uma conta);

Afirma-se algumas vezes que a internet será um importante canal de distribuição direta para produtos financeiros. É importante distinguir o uso da internet como canal de distribuição do seu uso como provedor de informação, incluindo cotações de prêmios para auxiliar a venda.

2.18 CONCORRÊNCIA

Os clientes e empregadores para quem os atuários prestam serviço, geralmente, operam em um ambiente comercial no qual a concorrência é forte. Isso pode resultar em pressão sobre os atuários envolvidos em relação aos preços dos produtos para recomendar taxas ou prêmios que sejam competitivas, talvez ao custo da rentabilidade. Ferris *et al.* (1995) identificou outras situações nas quais os atuários podem sofrer tal pressão. A existência de padrões profissionais atuariais, no entanto, ajuda a mitigar essas pressões.

Em algumas classes de seguros gerais a ausência de dados confiáveis, relevantes e adequados pode significar que sinistros e até despesas gerenciais possam não ser conhecidos ou estimados com nenhum grau aceitável de certeza. Nessas circunstâncias, aqueles que na companhia quiserem discutir preços baseados na concorrência, e não baseados em estatística, podem se sentir com a razão, exercendo maior pressão sobre o atuário. No entanto, nessas circunstâncias o atuário deve ser sensato a fim de elaborar o *Pricing* considerando a baixa grau de confiabilidade dos dados.

A competição pode ser forte em alguns mercados de produtos de seguros de vida. De Ravin (1996) estudou atuários atuando na área de *Pricing* em 24 companhias australianas de seguro de vida, operando em mercados muito competitivos. Uma das perguntas da pesquisa era “você diria que no ano passado sentiu maior pressão para atingir lucros ou vendas?”. Onze (46%) disseram “mais ou menos a mesma pressão para atingir ambos”, enquanto sete disseram “lucros” e seis (25%) disseram “vendas”.

2.19 ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

Em muitos países, associações sindicais têm sido formadas no setor financeiro para promover o papel e os interesses coletivos de seus membros junto ao governo, à mídia e à comunidade. Por intermédio de seus membros, essas organizações sem fins lucrativos participam de debates sobre políticas públicas, participam em assuntos como regulamentação e taxaação, ligam-se a órgãos reguladores e publicam relatórios de pesquisa. A tabela 2.19 fornece exemplos de órgãos sindicais de diversos países.

TABELA 2.19 EXEMPLOS DE DIVERSOS PAÍSES DE ÓRGÃOS INDUSTRIAIS DE SETOR FINANCEIRO

País	Categoria	Órgãos Sindicais
Brasil	Seguro Privado e Capitalização	Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG)
	Educação e Treinamento em Seguro	Fundação Escola Nacional de Seguros (Funenseg)
Austrália	Bancária	Associação Australiana de Banqueiros (ABA)
	Seguro de vida, resseguro e gerência de fundos	Associação de Investimentos e Serviços Financeiros (IFSA)
	Seguro geral	Conselho de Seguro da Austrália (ICA)
	Educação e treinamento de seguro	Instituto Neozelandês e Australiano de Seguros e Finanças
	Fundos de pensão	Associação de Fundos de Pensão da Austrália (ASFA)

Canadá	Seguro geral	Bureau de Seguros do Canadá (IBC)
	Seguro de vida e seguro saúde	Associação Canadense de Seguros de Vida e Saúde (CLHIA)
	Bancária	Associação dos Banqueiros Canadenses (CBA)
Hong Kong	Seguro geral, seguro de vida e aposentadoria	Federação de Seguradores de Hong Kong (HKFI)
Singapura	Seguro de vida com base em planejadores financeiros (agentes)	Associação Singaporense de Depositários de Seguros de Vida (LUA)
	Seguro de vida	Associação Singaporense de Seguros de Vida (LIA)
	Seguro geral	Associação Singaporense de Seguros Gerais (GIA)
Reino Unido	Bancária	Associação de Banqueiros Britânicos (BBA)
	Seguro geral e resseguro atacadista	Associação de Depositários Internacionais de Londres (IUA)
	Seguro e fundos de pensão	Associação de Seguradoras Britânicas (ABI)

Essas associações podem também promover educação, treinamento e crédito para trabalhadores do mercado. O ramo pode ser seguro de vida, seguros gerais, bancário, administração de fundos, fundos de pensão ou qualquer outro setor financeiro.

As atividades de associações sindicais podem afetar o trabalho atuarial de diversas maneiras:

- As companhias membros podem aderir a códigos voluntários de conduta em áreas tais como vendas e serviço ao consumidor;
- As associações, às vezes, provêm a coleta de dados e relatam serviços aos membros, e esses dados agregados podem ser úteis para calcular as obrigações das apólices e precificá-las;
- Elas podem estabelecer fundos mútuos de emergência ou acordos de arrecadação nos quais todos os membros assumem o compromisso de ajudar a sustentar um membro parceiro que se encontre em dificuldades financeiras.

No caso do Brasil, a apresentação da Fenaseg (que pode ser obtida no site www.fenaseg.org.br) se alinha à missão de diversas outras associações sindicais espalhadas pelo mundo:

A Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG é uma associação sindical de grau superior, para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas do seguro privado e da capitalização, fundada com o objetivo de promover o desenvolvimento ordenado e eficiente desses mercados, definindo e defendendo seus direitos, e representando politicamente a categoria.

2.20 GLOBALIZAÇÃO DO AMBIENTE

Em termos de condições econômicas e tendências em particular, nenhum país pode se considerar imune aos efeitos das mudanças e eventos internacionais.

Considere o ano de 2001, por exemplo. O crescimento econômico global foi lento no início do ano, seguido do colapso da bolha *high-tech* e piorou com o passar do ano. A economia do Japão, uma das maiores do mundo, estava em recessão. As previsões para os Estados Unidos e para o crescimento econômico mundial foram reduzidos. Então os ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de Setembro interromperam a operação normal dos mercados financeiros no mundo inteiro, gerando grande incerteza, aumentando a aversão ao risco e diminuindo a confiança do consumidor e dos negócios. Os ataques levaram aos mais altos sinistros do mercado internacional de seguros e provavelmente geraram preocupações para algumas seguradoras. Mais tarde no mesmo ano, a maior companhia de energia norte-americana, Enron, foi à falência e o governo da Argentina declarou moratória (a maior dívida soberana não paga da história).

Esses eventos e outros ajudaram a direcionar a atenção de todos os países para a importância do planejamento de reservas, recuperação de desastres, governanças corporativas sólidas, auditoria eficaz e melhorias na supervisão reguladora.

Para os atuários, uma dimensão global importante é o rápido desenvolvimento em direção a uma profissão atuarial global. Há acordos entre diversos pares de órgãos atuariais nacionais que reconhecem as qualificações profissionais um do outro. Além disso, a Associação Atuarial Internacional (IAA) comprometeu-se a um conteúdo educacional mínimo a ser implementado por membros do órgão até 2005, justamente o que levou a implementação do exame de Certificação no Brasil.

Capítulo 3: Resposta à experiência – aplicação prática

3.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo discute como os resultados da experiência são interpretados e aplicados na prática em uma larga variedade de atribuições atuariais. Estas incluem o reconhecimento e a distribuição do lucro, fixação de preços (*pricing*), a revisão das condições gerais e dos termos financeiros dos produtos ou dos benefícios, e a gerência do negócio de uma maneira sadia e lucrativa. Os métodos de controle são relevantes a longo prazo para todas as entidades que são projetadas para suportar e se adaptar aos períodos de circunstâncias favoráveis e adversas.

Alguns exemplos específicos são dados na distribuição de lucros para acionistas, no cálculo do preço unitário, na revisão da lucratividade de um produto de seguro, no ajuste de taxas de contribuição de um fundo de pensão, no reconhecimento de lucros/prejuízos conforme o risco de um negócio de seguro, e a distribuição de excedente técnico para apólices com resultado positivo de uma companhia de seguro da vida.

3.2 PAPEL DO ATUÁRIO

O papel do atuário é consultivo, sendo o atuário um empregado da empresa ou um consultor. O atuário faz recomendações à direção da empresa ou ao cliente, porém as decisões, as execuções e as recomendações são responsabilidades dessa direção. Na formulação do parecer atuarial é importante identificar quem é o cliente e qual é o objetivo do trabalho. Esclarecendo isto o quanto antes, pode-se conseguir ganhar tempo no processo.

Freqüentemente ao realizar um trabalho, o atuário pode identificar melhorias que podem ser feitas ao negócio ou às operações do cliente, mas que não estão estritamente incluídas no escopo do trabalho. Por exemplo, no cálculo do passivo de uma companhia de seguro, o atuário pode encontrar melhorias que podem ser feitas na geração de dados ou nos sistemas de informação. Geralmente tais melhorias são incluídas no relatório do atuário e fornecem valor ao empregador ou ao cliente.

O resultado de um trabalho pode ser diferente do que o esperado inicialmente pelo cliente. A melhor resposta para um produto que não dá lucro pode não ser um aumento nos preços, mas um ajuste nos termos ou nas condições nas quais o produto esteja baseado ou uma mudança na maneira com que o produto é controlado ou vendido.

Respostas à experiência freqüentemente exigem considerações cuidadosas quanto à imparcialidade e equidade nas soluções alternativas. Esta é uma parte importante do papel do atuário. Muitas designações atuariais indicam o envolvimento de atuários principalmente porque as partes desejam alcançar um resultado satisfatório e equitativo. Isto inclui o Governo e o Poder Legislativo na elaboração das leis.

Ao procurar ser imparcial e justo, o atuário deve estar atento à ampla gama de partes interessadas. Estas podem incluir o cliente, o governo, a indústria, os analistas financeiros, os meios de comunicação, e a população em geral.

Boa comunicação, tanto escrita como verbal, é essencial na maioria das atribuições atuariais. A menos que as sugestões e recomendações do atuário estejam claramente expressas, elas podem ser mal entendidas e/ou não implementadas.

O papel do atuário, na maioria dos países, tem responsabilidades adicionais definidas na legislação e nos regulamentos quando o mesmo atua em uma empresa de seguro de vida, em uma seguradora de outros tipos de seguros ou em um fundo de pensão. Além de responsabilidades legais, o atuário precisa seguir na direção da conduta profissional e dos padrões estabelecidos.

3.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao responder à experiência de uma entidade financeira, várias considerações gerais aplicam-se através de uma escala de atribuições. Estas incluem:

- aspectos legais - isto abrange a legislação específica e os regulamentos que se relacionam à instituição do cliente (por exemplo, imposto não-discriminado, concorrência e métodos de venda) e a lei relevante ao caso;
- os padrões profissionais e as notas de orientação que se aplicam para a situação - isto inclui padrões não atuariais (por exemplo, padrões da contabilidade, quando relevante);
- equidade e imparcialidade – a atividade atuarial frequentemente exige do atuário a busca por resultados claros e equitativos entre os diferentes grupos envolvidos na empresa (por exemplo, os acionistas e segurados de uma companhia de seguro de vida);
- elaboração de planos de negócios (ou do inglês, “*business plan*”) e objetivos - o atuário deve levar em consideração o *business plan* do cliente ou do empregador e, até onde for possível, apresentar soluções que sejam consistentes com a estratégia da empresa;
- concorrência - a maioria das entidades financeiras opera em um ambiente de competição. As ações dos concorrentes devem ser consideradas, especialmente quando a experiência afeta a indústria inteira. Há frequentemente uma tensão entre o melhor resultado para a entidade e a necessidade da entidade de continuar competitiva;
- exigências de capital - a maioria das entidades financeiras necessita reter uma proporção do lucro anual para construir um reserva contra futuras experiências adversas. A quantia do capital necessário é uma função do nível de riscos suportado pela entidade, seu tamanho e lucratividade e qualquer requisitos reguladores. No Brasil, temos legislação específica que trata da Margem de Solvência. O custo da capital deve ser levado em consideração em vários aspectos no trabalho atuarial, incluindo a valorização e a atribuição dos lucros entre os interessados;
- reconhecimento do lucro – para um grupo com contratos financeiros a longo prazo, o lucro é reconhecido sobre a vigência dos contratos de acordo com a contabilidade e os padrões atuariais. O padrão de reconhecimento de lucro será afetado pela experiência dos contratos.

O atuário necessita entender este processo ao formular recomendações sobre a atribuição e a distribuição dos lucros.

3.4 CONTROLANDO O NEGÓCIO

3.4.1 Planos de negócio

Os negócios são controlados de acordo com um *business plan* o qual geralmente é desenvolvido pela gerência e aprovada pela diretoria ou outro órgão dirigente. O *business plan* começa geralmente com um foco (por que uma companhia está no negócio) e missão (como a companhia consegue sucesso em seu foco) seguida por metas e por objetivos mais detalhados para obter sucesso no foco e na missão.

O *business plan* contém geralmente uma avaliação da posição atual do negócio; uma revisão do ambiente competitivo; consideração de forças externas ao negócio e à indústria; e um plano de ação para alcançar os objetivos em uma estrutura de tempo determinado.

Para muitos tipos de atribuição, é importante para o atuário estar ciente do *business plan* e dos objetivos do negócio. Quando possível, as recomendações do atuário devem ser moldadas de maneira que sustente e seja consistente com aqueles planos.

3.4.2 Sistemas de controle financeiros

Os sistemas de controle financeiros permitem que a gerência e a diretoria acompanhem o desempenho ao encontro do plano de negócio e façam mudanças necessárias para manter os negócios em curso. Os relatórios são frequentemente gerados mensalmente e aproximações podem ser usadas no fechamento do ano. Estes

sistemas fornecem um aviso prévio dos problemas emergentes de modo que possam ser corrigidos antes que se tornem mais sérios.

Tipicamente, os sistemas de controle incluem comparações dos seguintes itens de acordo com o orçamento do mês e do ano na data:

- volumes de vendas por produto;
- lucro por produto, e uma análise das fontes do lucro;
- controle de crédito e posição de liquidez;
- as despesas de gerência, especialmente itens maiores ou extra-orçamentários;
- outros indicadores-chaves do desempenho do negócio, tal como o expediente da equipe de funcionários ou a satisfação do cliente;
- para companhias de seguro, retornos de investimento, sinistros e resultados do período.

Os relatórios do controle financeiro geralmente não podem sofrer auditorias nem serem produzidos sob a pressão de finalizar o trabalho em pouco tempo. O atuário deve conseqüentemente compreender como estes relatórios são produzidos e suas limitações antes de empregar os resultados. Os atuários estão freqüentemente em posição de projetar ou sugerir melhorias aos sistemas de controle financeiros, e esta é uma contribuição útil dentre as muitas atribuições atuariais. As mudanças necessitam ter custo justificado dado a freqüência do relatório.

3.4.3 Sistemas de auditoria

Auditoria externa

Os relatórios financeiros de auditoria externa da maioria das companhias são verificados anualmente e estes dão, freqüentemente, forma a uma importante atribuição atuarial. O atuário deve compreender a natureza do processo do exame: o espaço do exame; o nível de materialidade adotado pelo auditor; e algumas recomendações feitas pelo auditor à gerência ou à diretoria. Onde o atuário está confiando nas indicações financeiras examinadas, é freqüentemente válido ter uma reunião com o auditor para obter uma compreensão melhor do processo do exame.

Auditoria interna

A maioria das companhias tem também algum processo formal de auditoria interna. Isto é dirigido geralmente às atividades mais amplas do controle do negócio, não apenas aos relatórios financeiros. O foco é assegurar-se de que as funções diárias do negócio estão sendo conduzidas eficientemente e em linha com todos os manuais ou padrões internos. O auditor interno pode ser um empregado ou um consultor externo. O auditor interno pode relatar à gerência sênior do negócio ou à auditoria ou ao comitê da diretoria.

A auditoria interna é às vezes um componente do processo gerencial de um negócio de risco. O processo gerencial de risco dirige-se também aos riscos estratégicos do negócio - identificando as edições, formulando um plano de ação, e monitorando os resultados.

A qualidade dos sistemas auditores varia de negócio para negócio e o atuário deve estar ciente da natureza destes processos antes de confiar na informação produzida pela auditoria.

Durante uma atribuição, o atuário pode identificar riscos particulares do negócio ou necessidade de melhorias no relatório interno ou externo e estas sugestões podem ser apresentadas ao auditor interno para monitorar sua execução.

Em muitas atribuições, é importante para o atuário trabalhar junto com os auditores externos e internos.

Capítulo 4: Conclusões

Tendo em vista todos os aspectos abordados nos capítulos anteriores, conclui-se que o atuário deve ser um profissional multidisciplinar, ou seja, deverá entender os impactos das diversas áreas no contexto do funcionamento da empresa em que atua. Um exemplo prático para melhor ilustrar esta conclusão é que o atuário deve entender como são contabilizadas as provisões que calcula, mensalmente, e conseqüente apuração de resultados. Não é esperado que um atuário simplesmente envie um número para a contabilidade sem saber como e onde será utilizado.

O ambiente e a experiência internacional podem ajudar na tomada de determinadas decisões e até mesmo favorecerem o surgimento de idéias que resultem em novos produtos que poderão ser lançados.

Você, que é um novo membro da classe atuarial brasileira, deve sempre ter em mente que o mercado é dinâmico e que o profissionalismo deve estar sempre presente em qualquer situação vivenciada.

O código de ética profissional do atuário brasileiro encontra-se disponível no website do Instituto Brasileiro de Atuários - IBA.